

Campus

Jornal-Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB

nº 92, 1ª quinzena de maio de 1986

NESTA EDIÇÃO

CELSO FURTADO

(SEM CENSURA)

Leia entrevista exclusiva com o ministro da Cultura. Nesta entrevista o Ministro não lembra o homem do episódio "Je Vous Salue Marie" (filme que ele achou, para espanto da intelectualidade, medíocre e, por isso, censurável). Aqui, ele respondeu a todas questões colocadas. **Páginas 6 e 7.**

KATIA TURRA



A mágica dos circos

"Vai, vai, vai começar a brincadeira..." A magia do circo acontecerá em Brasília com a vinda, do Rio da Escola Nacional de Circo. Já o Grand Circular abrirá este e muitos outros espaços na mesma área. Enquanto isso, no Circus Show do ParkShopping, artistas de sucesso se apresentam. A idéia do Circo Voador carioca promete fazer sucesso em Brasília.

OS LANQUES E A LÍBIA

Em sua fúria antiterrorista, o presidente norte-americano, Ronald Reagan, ordenou o bombardeio da Líbia. O intervencionista dos Estados Unidos não é nenhuma novidade. Tem a idade do próprio país. Nas páginas 2, 10 e 11, saiba as razões pelas quais a República de Jamahirya foi bombardeada e por que os Estados Unidos escolheu este país para seu inimigo.

MARGARETE VITÓRIA



MURO

Oxalá, novembro daí!

Nessas eleições poderá acontecer de tudo, o programa de televisão do PC do B mostrou isso, até pai-de-santo foi usado. Depois de dizer que antes o uso da palavra comunista era perigoso, hoje a situação é diferente e que o PC do B é bastante conhecido, no final ainda saudou o partido com um "Axé Babá PC do B". Pode? (Juarez Libaino).



O Campus publica na íntegra a seguinte carta:
"Sr. Editor:

Sob o título de "tréplica", o prof. Hildo Honório do Couto, meu colega do departamento de Letras e Linguística, teve publicada uma carta no nº 87/88 do Campus. Agora vejo-me compelido a manifestar-me a cerca do mais recente panfleto.

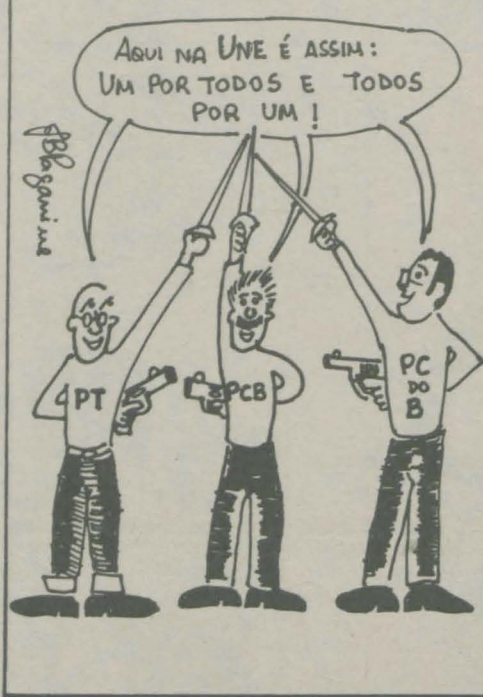
Alega o Sr. Couto como exemplo e prova que eu estaria recebendo meu salário integral além de mil dólares pela FUB um tal recibo 1140/85 de 21.11.85, quando o mesmo se refere apenas a remessa do meu salário naquele mês, correspondendo a 894,15 dólares. Seguramente, pretendeu ser irônico ao qualificar isto de "mordomia dinamarquesa". Inverídica também é a afirmação de meu colega de que a FUB teria pago a minha viagem: posso comprovar que a paguei eu próprio, em prestações (ver Campus/86).

Possivelmente ao reconhecer a insuficiência de seus pseudos-argumentos e diligências, passa o Sr. Couto em seguida a denegrir minha pessoa, em especial meu desempenho docente. Descobriu que nasci na Estônia, não sabendo que abandonei aquele país aos doze meses de idade. Embora adotivo, muito me orgulho de ser brasileiro, pois criei-me neste país e a ele devo toda minha formação. Atribui-me meu crítico "formação alemã" por ter feito pós-graduação naquele país (como aliás o próprio Sr. Couto), mas omite que tenha minha formação primária, secundária e superior no Brasil, antes de vir a doutorar-me no exterior como bolsista brasileiro. Tenho a língua brasileira como idioma dominante, na expressão oral e escrita, e leciono-a como professor visitante em duas conceituadas universidades européias. Dispensar pois as restrições à minha qualificação acadêmica, ensaiadas pelo Sr. Couto, ele que em sua tréplica, além de outros erros, escreve *abrido* em vez de *aberto*, e que tem proposto esdrúxulas modificações da gramática portuguesa, para o espanto da comunidade acadêmica brasileira. Tranquilizo também o Sr. Couto quanto a minha atuação docente na Universidade de Aarhus, pois não estou a propalar aos quatro ventos serem irmãos os poetas Mário, Oswald e Carlos Drummond, só porque neles alguém notou o sobrenome comum Andrade...

Os fatos desautorizam o meu critiqueiro a falar de minhas atividades docentes, bem como meu desempenho fora da UnB, no CNPq, na CAPES, no IBICT etc., atividades às quais fui cedido pela FUB, e que jamais prejudicaram a minha atuação como professor. Se fui mestre relapso como quer o Sr. Couto, convido-o a explicar um abaixo-assinado de mais de meia centena de alunos, pedindo ao Dep. de Letras para ceder-me uma disciplina, transformada em cativa por outro colega. Foi-lo apesar de à época estar investido nas funções de decano, além de co-orientar, no mesmo período duas dissertações de mestrado, tendo uma delas recebido o prêmio máximo de uma associação profissional de classe.

Ao tentar conspurcar minha atuação como chefe do LEL (tendo encabeçado democraticamente uma lista sextupla), omitiu o Sr. Couto que, além de numerosos enquadramentos, 25% dos professores lotados naquela unidade foram contratados durante o meu mandato, inclusive ele próprio, o Sr. Hildo do Couto. Esqueceu-se das melhorias para a LEL e facilidades para os colegas, resultantes do meu trabalho contínuo e obstinado. No caso dele próprio, Couto: contratação pela FUB, apartamento da UnB, bolsa de mestrado para a esposa, custeio de uma viagem para um congresso nos EUA etc. Jamais esperaria retribuição alguma pelos esforços despendidos, mas acho profundamente lamentável a desabrida (esta palavra existe, sim!) calúnia por parte de um colega a quem sempre tratei com urbanidade e consideração.

Atenciosas Saudações
Prof. Ulf G. Baranow



Une ou Desune?

NARA FERREIRA

União Nacional dos Estudantes. Mais apropriado seria se chamasse Desunião Nacional dos Estudantes. Pelo menos foi o que ficou claro no último Congresso dessa entidade, realizado no último final de semana do mês de abril, em Goiânia. O congresso foi marcado por divisão de tendências, partidos e posições políticas que além de desgastar o movimento estudantil não mudou em nada a situação crítica por que passam os estudantes universitários. O que de concreto foi deliberado nesse congresso, além de eleições diretas para a próxima diretoria da entidade? Nada, ou muito pouco. Discussões, conflitos, posições divergentes são importantes num processo democrático, mas o que se observa é que questões mais prementes estão sendo esquecidas. O objetivo real da UNE, se não é, deveria ser o de estar mais voltado aos problemas enfrentados pelo povo brasileiro, e questionar a realidade educacional no País. A divisão de estudantes no congresso, entre PT-PCB e PCdoB, de produtiva, se tornou ridícula: o que agrada as classes mais reacionárias do País.

... e os EUA fracassam

ANDRÉA CERQUEIRA

A recente agressão dos EUA à Líbia provocou manifestações de apoio a este pequeno país em todo o mundo: milhares de jovens e pacifistas saíram às ruas de Londres, Madri, Varsóvia, Praga, Cartum (Sudão), ou seja, nas principais capitais da Europa, África, Ásia, e também da América Latina. Os EUA, mesmo controlando o maior aparato de informação do mundo, não conseguiram criar um clima "anti-Líbia" nem organizar um movimento em seu apoio. Isto porque, diante dos olhos do mundo, ficou a pergunta: como Kadhafi poderia ser líder de uma sofisticada rede de terrorismo se não dispunha de um forte esquema de segurança próprio, o que fez com que sua própria casa fosse atingida?

Apesar de toda a campanha da grande imprensa (Folha de S. Paulo, Estadão, Veja — exceção feita à revista Senhor que qualificou o presidente norte-americano de "R. mbo-Reagan" — etc.) favorável à agressão, o mito do "terrorista Kadhafi" não consegue se consolidar. Primeiro, porque, mundialmente, quem tem sido acusada de estar por trás de vários "atentados terroristas", como o atentado a Aldo Moro, democrata-cristão progressista, na Itália (1978) é a CIA norte-americana. Segundo, porque o ataque à Líbia foi direcionado a matar Kadhafi para conter a política de vanguarda líbia, na região do Oriente Médio, de apoio à política antiimperialista e às revoluções populares, ao contrário do que faz Israel, por exemplo, com o apoio do governo norte-americano. O próprio Washington Post afirmou que "é mais fácil derrubar Kadhafi com um golpe palaciano do que com um movimento popular". Por isso, essa agressão, ao contrário do que esperava Reagan e as indústrias bélicas norte-americanas (estimuladoras dessa política de guerra), as massas líbias e árabes mobilizaram-se em favor de Kadhafi.

Kadhafi, assim como diversos setores militares antiimperialistas e nacionalistas, que surgiram depois da II Grande Guerra (Nasser, no Egito 1971, por exemplo), foram assassinados ou perseguidos pelo imperialismo

norte-americano porque não adotaram o "american way of life" para desenvolver o país. Ao contrário dos chamados "ditadores", como Stroessner, Pinochet etc., Kadhafi optou pela via de desenvolvimento socialista. O escritor Décio Freitas e o advogado Luiz Manziolillo (PSB-DF), que estiveram na Líbia recentemente, puderam constatar o progresso social que existe naquele pequeno país de três milhões de habitantes, como por exemplo, os sistemas de saúde e de educação gratuitos e o salário mínimo que é de 600 dólares, enquanto, no Brasil, este não chega a 50! O principal da economia é estatizado (petróleo), a habitação é gratuita e não há desemprego. Além do que, há um considerável avanço na condição da mulher, como a eliminação da poligamia, e do chadô (véu que cobria o rosto).

Apesar de toda a propaganda da grande imprensa, a população mundial está vendo que não há prova concreta contra Kadhafi e que este busca a independência do imperialismo capitalista norte-americano para desenvolver a Líbia, o que não é nenhum ato de terrorismo, mas a única forma dos pequenos países do Terceiro Mundo, a forma que todos aqueles países que querem se desenvolver socialmente adotam. Por outro lado, haverá forma mais desumana de terrorismo do que a invasão de Granada, o apoio aos contra-nicaraguenses, o apoio a ditaduras como a dos governos do Chile, da África do Sul? Não será terrorismo derrubar presidentes progressistas, como os EUA fizeram com Allende, no Chile (1973), que foi assassinado? Haverá terrorismo maior do que obrigar milhões de seres humanos a passar fome, através da espoliação dos países do Terceiro Mundo (dívida externa, inflação, desemprego)? Só no Nordeste brasileiro, segundo dados da CNBB, em quatro anos morreu mais gente do que nas guerras Iraque, de El Salvador e da Nicarágua juntas. Segundo estudos realizados por Hélio Jaguaribe, e publicados na Folha de S. Paulo, 77 milhões de brasileiros passam fome. Na Líbia não há nada disso. Há apenas um líder (Kadhafi) que está construindo uma direção política em busca de uma sociedade socialista e mais justa.

Rádio UnB, vamos ao ar!

CACILDA BENEVIDES

Há cerca de dois anos, uma rádio interna na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que falar. Quando a programação de música popular, estritamente nacional, já estava decidida e a rádio pronta para operar, um dos mais ilustres professores de Comunicação Social, daquela Universidade com posições sabidamente marxistas, se levantou contra e foi alvo de muitas críticas. O professor em questão, abordava o direito da comunidade (esmagadoramente formada por jovens estudantes, é lógico) de veicular músicas estrangeiras. E por que não? Rock no melhor estilo inglês.

Seria no mínimo insólito rotular um professor de tendências marxistas de imperialista. Por outro lado, o conceito de música universal, neste tempo de FMs pasteurizadas e de gravadoras multinacionais onipotentes, é também muito duvidoso. A razão deste tipo de discussão está simplesmente no fato de qualquer meio de comunicação ter que buscar afinidades com o seu público alvo.

A FM da UnB terá fins educativos e não será apenas uma rádio interna, atingindo uma boa parte do Plano Piloto. Mas ela interessa principalmente à comunidade. Tanto que o próprio reitor, em recente debate, a apontava como instrumento de arregimentação da comunidade. Segundo Cristovam Buarque, toda a comunidade pode opinar e sugerir no que diz respeito à programação da rádio, mas só a sua administração poderá decidir o que será veiculado. A administração poderá até ser eleita, mas isto é o suficiente? Afinal a rádio não será como o jornal Campus, laboratório exclusivo da Comunicação Social. Enquanto o Campus tem que atender à formação profissional dos alunos de jornalismo, a FM pode e deve ser totalmente desvinculada de qualquer tipo de exigência desta ordem. Em princípio, qualquer aluno pode participar ativamente dela e soltar no ar a sua criatividade.

Campus

Jornal Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB

Professores Responsáveis: Hêlio Doyle, José Salomão David Amorim, Júlio Cesar Ramos, Maria Rita Leal (arte), Luiz Humberto Martins Pereira e Luiza Venturini (fotografia).

Editor Geral: Juarez Libaino Martins

Secretária de Redação: Ana Paula Macedo Souza

Chefe de Reportagem: Nara Ferreira

Editores: Marluce Paulista Brauna, Andréa Chagas Cerqueira, Adélia Barroso Fernandes, Heloisa Helena Femande, Cláudia Delene, Fábio Henrique C. Guimarães, Rudolfo Lago, Shirlene Costa, Marta Faria Andrade, Fabrício Marques, Ivan Bragança, Ana Paula Macedo Souza, Nara Ferreira, Vinícius Dória, Juarez Libaino Martins, Maria Lúcia Sigmaringa Seixas, Amneres Pereira, Alessandro Galvão, Cid Queiroz, Nevinho Alarcão, Maria Aparecida de Oliveira, Maria Cacilda Benevides, Sandra Machado, João Batista Paganine, Denise Rotemburgo de Sá.

Reportagem: Fernando de Freitas,

Greice Angelotti Neves, Cláudio Marcelo Tourinho, Guilherme Solino Evelim, Paulo Alberto Fortes, Lillian Fonseca, Ana Teresa Serpa, João Anderson de Jesus, Cláudia Moema, Sabrina Costa, Jorge Maya, Ana Paula Padrão, Kátia Turra e Renato Afonso Moreira.

Diagramação: Chico Amaral.
Fotografia: Margaret Vitória e Natália Kneipp.

Laboratorista: Jeová Xangô.
Ilustrações: João Batista Paganine, Humberto Junqueira e Adriano Valle.
Secretária: Dalila Maia de Oliveira.

Cabral escreve ao Campus

Brasília, 06 de abril de 1986

À Direção do "CAMPUS"

Atenção do Fernando de Freitas

Departamento de Comunicação da UnB

Meu jovem

Tendo sido citado nominalmente na edição da 2ª quinzena de março de 86, sirvo-me da presente para alguns esclarecimentos sobre alguns equívocos da matéria "Esta história quase termina em greve". Começo por informá-lo de que não fui "efetivado como Professor do GEH"; sou Professor do GEH desde 05/03/80 — por isso mesmo, no próximo ano gozarei a minha sabática — tendo sido admitido no Quadro Docente da UnB em 07/11/83, conforme Ato da Reitoria nº 365/83, datado de 10 de novembro de 1983, após 3 anos e 8 meses como Colaborador. Por conveniência do GEH, fui incluído no Núcleo de EPB, um dos quatro do GEH à época, o que talvez você não saiba, e, em julho do mesmo ano, designado Coordenador, e exerci a função até julho de 1984, quando finalmente consegui ser dispensado, após reiterados pedidos. Durante os anos em que lecionei a disciplina — 6 anos — tive a satisfação de haver tido cerca de 5.000 alunos.

Quanto à minha formação acadêmica, você — ou o seu informante, mal-informado — enganou-se: não sou Doutor em História do Brasil. Os meus trabalhos de Especialização, Mestrado e Doutorado submetidos a Bancas da Universidade de São Paulo, foram, por razões que não vêm ao caso, realmente, sobre episódios da História do Brasil. No último dos meus Diplomas conferidos pela Universidade de São Paulo, consta expressamente que sou Doutor em Ciências Humanas, área de Concentração História Econômica. Quanto ao fato de estar no momento lecionando Antiga I — e Ibérica I, o que você talvez não saiba — é fato comum na vida de qualquer professor; no GEH, quase todos os professores já mudaram de disciplina pelo menos uma vez. Consulte um colega de História, e saberá o número de disciplinas que um professor da área pode lecionar. Ainda sobre o assunto, lamento que você não tenha ouvido o Senhor Reitor dizer-me pessoalmente que concorda comigo quando lhe disse que, em minha opinião, os professores da UnB deveriam efetuar rodízios nas disciplinas da sua área.

Quanto à disciplina EPB, devo informá-lo ainda — você é um repórter muito mal-informado — de que foi retirado da esfera do GEH por sugestão minha ao Senhor Reitor — que poderá confirmá-lo — por ser de opinião de que, sendo matéria obrigatória para todos os cursos, deveria constituir uma Coordenadoria ou outro Órgão semelhante, subordinado diretamente à Reitoria, o que levou o Senhor Reitor a transferi-la para a esfera do Decanato de Extensão. Quanto à maneira como a lecionava, procure um dos meus alunos, e saberá como o fazia.

Quanto às boas-vindas que recebemos, eu e os colegas, na reunião do GEH, por haveremos sido

"efetivados", já lhe respondi no início desta. Quanto à ameaça de greve, interrogue cuidadosamente os seus informantes, e verá que eles nada têm contra os professores que até há pouco lecionavam EPB — porque os seus colegas do GEH não o queriam fazer. Trata-se apenas de um grupo de "manipulados" por determinado elemento, um indigente moral e mental que não tem a dignidade de assumir a responsabilidade pela campanha movida contra seus colegas do GEH em geral — inclusive um que sequer pertence ao Núcleo de História — e posteriormente centralizada nos professores que lecionavam EPB, que ele considera "um saco" — perdoe-me ter descido tanto para repetir a sua expressão — e várias vezes, escalado para ministrar uma aula, simplesmente faltou, sem a mínima consideração aos alunos que o aguardavam em sala. Para ele, os professores devem ser castigados por cumprirem o que lhes era determinado pelo GEH, e alguns dos seus colegas, tolos, não percebem o papel que estão desempenhando, como diz o Professor Acrísio, a quem tomo por empréstimo a sua definição: "São tartufos à procura de um Molière". Ainda quanto à disciplina EPB, você demonstra mais uma vez muito mal-informado: se visse a prova, por mim elaborada, saberia que a questão formulada o era com relação à Europa, e como utilizava o pau-brasil — é possível que você também não o saiba — e não aos indígenas. Se a possibilidade de greve foi descartada, como diz, melhor. Estou na UnB para trabalhar, que me paga para isso, mas o trabalho para mim, é antes uma necessidade biológica do que econômica. E preciso que você e os seus informantes saibam que, numa greve, são sempre os mais prejudicados, pela possível postergação da formatura, além do aumento das suas despesas — ou de seus pais. Finalizando, peço-lhe que me desculpe o tempo tomado, e me conceda, no seu jornal, o espaço e destaque necessários à publicação desta resposta — ou informação — o que faz parte da ética da imprensa. E mais, considero o assunto campanha contra os professores, encerrado, pois o tempo de que disponho, emprego-o no preparo das aulas para os que querem realmente estudar, e também para estudar História — o que faço desde muitos anos — antes do "manipulador" nascer; preciso ainda de tempo para preparar a Tese de Livre Docência — você sabe o que é isso? — a conquistar o único título que falta ao meu Currículo acadêmico. Antes que me esqueça, vou repetir-lhe o que os nossos ancestrais diziam com muita propriedade: "Muito come o tolo, porém mais tolo é quem lh'o dá". Prof. Francisco Pinto Cabral

* Aos "donos" do Herodoto, do CA (que espero venha a existir algum dia no GEM), e aos seus "manipuladores". Como vocês não têm muita imaginação, vivem repetindo as tolices que ouvem, a resposta acima serve para vocês também. Lamento que não tenham gostado das minhas histórias, mas, a vida é assim mesmo. É muito difícil agradar a gregos e troianos (vocês sabem o que significa isso?). Apenas uma observação, que poderia ser feita pelo nosso amigo Cambes (vocês já ouviram falar neste cavalheiro? Como é possível que não, convidado a virem conhecê-lo, pois ele "mora" em uma das paredes da minha sala): as tolices, mesmo as maiores, devem ser escritas em bom português.

Repórter responde a Cabral

Como estudante de jornalismo do Departamento de Comunicação, me grata a resposta do professor Francisco Pinto Cabral sobre a matéria publicada na edição 89 do Campus com o título "Esta história quase termina em greve". Talvez o distinto professor não tenha compreendido a maneira como recebi suas acusações a título de informações necessárias ao bem da verdade, porque na função jornalística é comum receber adjetivos pejorativos por parte dos que desejam ver publicados apenas um lado da notícia ou do fato. Este foi o motivo da emoção, não ter sido parcial.

Sem o menor interesse em denegrir a imagem de professores desta Universidade, não fiz colocações pessoais, apenas confrontei idéias divergentes obtidas na apuração da notícia. Brigar contra os fatos é sinônimo de parcialidade.

Faço aqui uma ratificação, o professor foi efetivado no Núcleo de História e não no Departamento de Geografia e História. Mas a inversão creio ser irrelevante para a matéria em si.

Como o próprio professor reconhece, seus trabalhos de Especialização, Mestrado e Doutorado foram sobre episódios da História do Brasil, e o meu informante foi o referido professor. Assim, ao dizer que ele era Doutor em História do Brasil não estava questionando sua formação acadêmica e sim, procurando poupar formalidades para a linguagem jornalística.

O professor se orgulha de haver tido cerca de 5.000 alunos em seis anos lecionando EPB. Pedagogicamente esse número é comprometedor, mostra que o acompanhamento dispensado a cada aluno não pode ser considerado satisfatório. O próprio professor explicou que suas

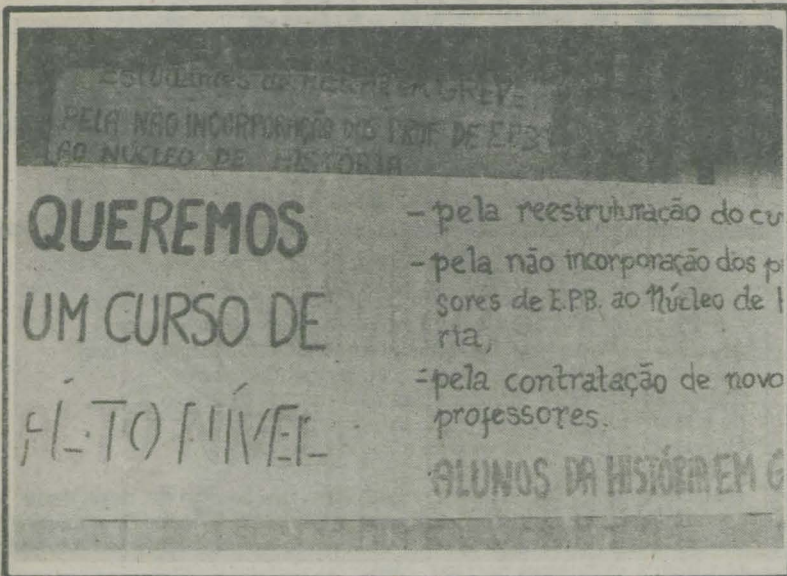
provas só eram de múltipla escolha pela quantidade, que tornava impraticável corrigi-las se fossem dissertativas.

Quanto à questão de prova citada, ela realmente continha pergunta sobre como os europeus utilizavam o pau-brasil e não os indígenas. Porém, o caráter óbvio e hilariante da mesma permanece inalterado. O professor não se lembrou, em meio a tantos ex-alunos, que cursei EPB I e 2 com ele, decepcionando-me com o conteúdo dado em ambas, quando esperava encontrar na Universidade disciplinas realmente de nível superior. Não preciso, como o professor aconselhou, procurar nenhum de seus ex-alunos para saber como eram ministradas suas aulas. Em todo caso, no mínimo 5.000 alunos o sabem e por força das circunstâncias, sou um deles.

Sou o aluno que lhe explicou que a região de Ribeirão Preto não é há muito tempo uma grande produtora de café, estando em sua maioria dedicada à cana-de-açúcar. O professor estava mal-informado, ou desatualizado, como exemplifica a sua atitude de se retirar por duas vezes de reuniões na História em protesto contra a participação de alunos. É preciso evoluir.

O fato alegado dos alunos de História nada terem contra os professores de EPB mostra, mais uma vez, a parcialidade deturpando a realidade. A não-incorporação foi o motivo da greve realizada, que culminou na decisão da Congregação de Carreira dos Cursos de Graduação e Conselho Departamental do IH considerando nulo o processo de incorporação no Núcleo de História dos ex-professores de EPB.

Desejando informar-se, professor, leia a matéria a respeito da greve dos alunos de História nesta edição do Campus. Obrigado.



A volta às aulas dos oitenta estudantes de História só depende do destino dos professores de EPB que eles não desejam no Curso

Fim da greve depende de saída dos professores

FERNANDO DE FREITAS

Os professores Acrísio Torres Araújo, Francisco Pinto Cabral e Jádriel Ferreira foram incorporados ao Núcleo de História em outubro do ano passado e agora voltam a compor o Núcleo de Estudos de Problemas Brasileiros. Tudo voltou à estaca zero; este foi o desfecho da primeira crise entre professores e alunos durante a administração do Reitor Cristovam Buarque na UnB.

A história começou com a greve decretada pelos estudantes em assembleia realizada no dia 17 de abril com três reivindicações básicas: saída dos três professores de EPB do Núcleo de História, contratação de professores por concurso público para as áreas carentes, reestruturação do curso de História.

O professor Jádriel está gozando licença de suas atividades acadêmicas até o final deste ano, enquanto os professores Cabral e Acrísio estão incluídos na oferta de disciplinas do Núcleo de História.

O professor Cabral, em carta enviada ao Campus e publicada nesta edição, lembrava aos alunos que estes são sempre os mais prejudicados numa greve, pela possível postergação da formatura, além do aumento das suas despesas ou de seus pais. Mas, a discussão chegou a termo com a constituição de Comissões de Negociação representada pelos alunos Edilberto Sebastião Dias Campos, Carlos Franco Liberato de Souza e Paulo Eduardo Castello Parucker e pelos professores Amado Luiz Cervo, Corcino Medeiros dos Santos e Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello.

Deliberação

Com a deliberação conjunta do dia 25 de abril do Conselho Departamental do Instituto de Ciências Humanas e da Congregação de Carreira do mesmo Instituto, os dois órgãos reconhecem a necessidade da contratação de mais professores para a área de História, mas no momento existe o impedimento

legal. O concurso público, outra das reivindicações dos alunos, já é procedimento legitimado pelo atual Plano de Cargos e Salários das Universidades fundacionais e que rege também a UnB.

A reestruturação do curso de História está sendo efetivada através de estudos e propostas objetivas entre professores e alunos.

Quanto à situação dos professores do EPB incorporados ao Núcleo de História, os dois órgãos entendem que o Decanato de Extensão, por não ser uma unidade de ensino, está impedido por razões regimentais de abrigar qualquer oferta de disciplinas. Regimentalmente, o GEH é o Departamento responsável pela oferta da disciplina EPB.

Assim, as razões para a transferência dos professores deixaram de existir. Segundo a Congregação de Carreira do IH e o Conselho Departamental, os colegiados reunidos deliberaram considerar nulo o processo de incorporação dos professores de EPB pelo Núcleo de História e os professores Acrísio Torres, Jádriel Ferreira e Francisco Pinto Cabral deverão receber a análise e o parecer formal dos seus currículos caso queiram se incorporar ao Núcleo de História ou a qualquer outro Departamento. Isto porque este procedimento não foi adotado no processo de incorporação que agora foi considerado nulo.

Os três professores continuam no Núcleo de EPB e o Departamento de Geografia e História continua responsável pela disciplina. Enquanto membros do Núcleo de EPB, os referidos professores não poderão constar da lista de oferta de disciplinas do Núcleo de História.

Os alunos já manifestaram o desejo de encerrar a greve por entender que foram atendidas suas reivindicações. A única questão pendente é quanto a permanência dos professores Acrísio e Cabral nas disciplinas de História oferecidas no semestre em curso.

Vem aí o Centro de Produção

IVAN MARINOVIC BRSCAN

O Departamento de Comunicação e a Faculdade de Educação da UnB tiveram, no mês de abril, um ótimo motivo para comemorar. Após deliberação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — SUBIN, eles poderão brevemente, contar com a estrutura necessária para implantação de um Centro de Produção Cultural e Educativa, o CPCE, que pretende ser um órgão suplementar, tal qual a Biblioteca, o CPD e a Editora caso seja inserido no Estatuto da Universidade.

Este centro, ainda em fase de discussão, mas com verbas já disponíveis, consiste em um projeto

de educação continuada a cargo da Faculdade de Educação tendo, esta, a incumbência de montar material em vídeo e áudio para a capacitação de professores leigos. A sua segunda vertente visa basicamente produzir uma documentação cultural do Centro-Oeste incluindo o DF, Goiás e Mato Grosso.

Verba para o projeto já existe. São 1,3 milhão de dólares, ou seja, 18 milhões de cruzados disponíveis que serão emprestados a fundo perdido pelo BID. Este montante está destinado, principalmente, à compra de equipamentos de TV, tais como câmeras, ilhas de edição, unidades fixas e portáteis, estúdio de som, e etc... O Centro terá condições, igualmente, de produzir filmes e será dotado de laboratório fotográfico.

Novo visual para educação

A Faculdade de Educação aprofunda atualmente a reflexão em torno do serviço que poderá prestar à coletividade através do Centro de Produção.

Existe, a proposta do Departamento de Métodos e Técnicas de se envolver na produção de programas educacionais voltadas à população de baixa renda e programas destinados à atualização pedagógica de professores de 1º e 2º graus na região Centro-Oeste, explica Maria Rosa Abreu de Magalhães, professora da Faculdade de Educação, uma das coordenadoras do projeto na área educacional.

A capacitação de professores de cursos primário e secundário tem suscitado muitas preocupações na esfera do ensino, principalmente os professores leigos. Muitos, dentre eles, são pessoas sem condições para o ensino, contratados a preço abaixo do mínimo pelas prefeituras para ministrarem aulas com pouca estrutura.

Os meios não-convencionais de ensino por correspondência, rádio e TV permitem atingir, a custo reduzido, uma clientela enorme que atualmente não tem condições de seguir cursos regulares intra-muros.

Além do problema da falta de habilitação dos professores, a repetência dos alunos redobra a ineficiência do ensino de primeiro e segundo graus na área urbana e principalmente na área rural de onde o fantasma da evasão escolar, seja pela migração, ou pelo ingresso precoce da criança na produção, completam o quadro caótico do ensino.

Projeto cultural

Geraldo Moraes, cineasta e professor do Departamento de Comunicação, autor do projeto da área cultural, pretende desenvolver uma atividade que valorize a escola e a sua região, através de trabalhos de vídeo e cinema desenvolvidos no Centro. "É preciso trabalhar por

uma série de condições que torne a escola um pólo de atrações, tendo como enfoque a comunidade do município e da sua cultura regional. Em suma, criar um clima favorável à permanência na escola e na sua região, pois, salienta Geraldo, todos os meios de comunicações e produção cultural visam a cidade".

Este projeto pretende ser interdisciplinar, pois envolve todo um trabalho de pesquisa, documentação e divulgação da cultura regional do Centro-Oeste. E para esse fim é necessário o concurso de antropólogos, sociólogos, historiadores e outros profissionais. O centro, no caso, pretende ser um suporte de extensão de projetos de outros departamentos. Geraldo Moraes cita o exemplo da Profª Adalgisa da História, que fez um levantamento da cultura negra na região e que, no momento, está engavetado. "Não traria mais benefícios à comunidade se este trabalho estivesse registrado em vídeo".

A verba que ia mais ficou

A acusação de que a administração do ex-reitor José Carlos Azevedo era fechada e até mesmo secreta, pode parecer intriga sistemática da oposição — mas não era. Quando Murilo Cesar Ramos, professor do Departamento de Comunicação, assumiu o Decanato de Extensão durante a gestão interina de Luiz Otávio, a UnB foi convocada à Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — SUBIN para viabilizar um acordo de, nada mais nada menos, 2,6 milhões de dólares, ou seja 36 milhões de cruzados, destinados a implementação de um centro de produções, envolvendo também a Fundação Roberto Marinho.

O professor Murilo, na UnB há onze anos, ficou surpreso. Nunca tinha nem mesmo imaginado a existência desta verba concedida pelo BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento, como empréstimo a fundo perdido. E, pasmem, nem mesmo o professor Luiz Otávio, Vice-Reitor na gestão Azevedo, sabia do convênio.

Murilo teve apenas vinte e quatro horas para documentar-se a respeito. Ele verificou que o convênio não tinha sido apreciado nem pela Assessoria Jurídica e nem pela Assessoria de Convênio. Somente o Conselho-Diretor, da Fundação Universidade de Brasília, estava ciente. Não havia outra solução: Murilo foi à SUBIN e pediu tempo alegando que desconhecia completamente o que tinha sido encaminhado na antiga administração.

Logo após a posse de Cristóvam Buarque ficou decidido que o convênio deveria ser renegociado. Isto porque, se este acordo fosse executado na gestão Azevedo, a UnB receberia do BID a verba de 2,6 milhões de dólares e a repassaria à Fundação Roberto Marinho para que a Rede Globo montasse um centro de produções educativas em São Paulo. Para a UnB só sobraria o "cheiro" deste dinheiro. Todo ele iria engrossar culturalmente São Paulo que já tem o controle de quase a metade de toda a produção cultural e educativa do País.

A UnB necessitou quase um ano de renegociação com o BID, a SUBIN e a Fundação Roberto Marinho, a qual a Universidade não arredava pé de implantar o seu próprio Centro de Produções. Finalmente ficou decidido. A verba foi, então, desdobrada em duas: 1,3 milhão para a UnB e 1,3 milhão para a Fundação Roberto Marinho.

E o debate da maconha virou bate-boca...

FABRÍCIO MARQUES

Vinte pessoas em um anfiteatro. Assim terminava o debate sobre "Questão da Maconha", na noite de 24 de abril. Mas justiça seja feita: no auge do debate da noite, cerca de 70 pessoas chegaram a ocupar o anfiteatro 12 do Minhocão. No debate da tarde, o mesmo anfiteatro quase encheu. Mas o clima de decepção era evidente. A começar pelas ausências das estrelas que comporiam a mesa de debates. O compositor Jorge Mautner não veio nem deu satisfação. Dagomir Marchezi mandou dois jornalistas como representantes. Quem esperava pelo espetáculo grandiloquente anunciado pelos cartazes espalhados pelo campus teve de contentar-se com uma espécie de "segundo time" da questão da maconha. Mas o baixo astral não ficava só por aí.

No início do debate da noite, o estudante João Nelson Di Mota Trindade, moderador da mesa dos debates e um dos indicados pelo promotor Antônio Gomes da Silva no processo da discussão da maconha, reclamava da falta de apoio da Reitoria da Universidade na realização do evento. Segundo João Nelson, das oito passagens aéreas e hospedagens solicitadas à direção da UnB para os debatedores convidados, apenas três haviam sido concedidas (um pela Câmara de Extensão e duas

pela Câmara de Assuntos Comunitários). Além disso, o chefe de gabinete da Reitoria, Ivônio Barros Nunes, teria tratado o assunto do debate com "descaso", deixando os estudantes realizadores do evento esperando, por mais de dois dias, por uma resposta sobre quem seriam os debatedores convidados, disse João Nelson.

A Câmara de Extensão, em resposta ao projeto dos estudantes, havia afirmado que "o debate específico sobre questões relacionadas à maconha não constitui preocupação prioritária para a Instituição neste momento". João Nelson desabafava que a Reitoria temia uma possível repercussão política negativa para a Universidade com a realização do debate, ou então não queria enxergar a necessidade de discutir a questão dos tóxicos.

Tendo que discutir os índices de mortalidade infantil na Ceilândia, os problemas das invasões no Distrito Federal, os altos custos dos transportes, a desnutrição e os problemas salariais, não teria cabimento que a UnB desse prioridade para patrocinar a questão da maconha, de evidente apelo sensacionalista. Assim reagiu o decano de Extensão da UnB, professor Volnei Garrafa, às reclamações do estudante João Nelson. Segundo Volnei, o

dinheiro que os debatedores da maconha queriam que fosse gasto em passagens aéreas e hospedagens está sendo utilizado em programas de extensão na Ceilândia, Novo Gama e Brasília.

Garrafa ressalta que não é contrário à discussão de temas como o da maconha. "Achamos que deve haver liberdade de expressão e os alunos podem discutir isso aí o quanto quiserem, mas quer que a Universidade patrocine é bem diferente", diz Volnei.

O Decano de Extensão também faz uma análise política da questão. "A sociedade brasileira é católica, conservadora e religiosa. No momento em que a gente abre um espaço democrático e progressista, este deve ser tratado com todo o carinho, porque foi duramente conquistado. De repente, chegam estes grupos, para mim com nítidos compromissos com os setores mais reacionários da UnB, querendo discutir a maconha com o claro objetivo de colocar o reitor desguarnecido com a comunidade, que não apóia este tipo de discussão", diz Volnei Garrafa.

O Decano concluiu afirmando, que falta representatividade aos quatro estudantes para exigir que a administração financie este tipo de debate. Volnei lembra que um dos estudantes está há

quase dez anos na UnB, estudando e gastando o dinheiro do povo. "É um gigolô de povo, do trabalhador", acusa o Decano. "Um outro está agora com propostas progressistas, mas na eleição para reitor apoiou os candidatos mais conservadores e não participou do movimento estudantil nos momentos mais difíceis da UnB", afirma Volnei. O Decano não citou nomes, mas segundo apurou o Campus, as referências são em relação ao estudante Edser, o mais antigo na UnB entre os quatro estudantes indicados, e ao estudante João Nelson, que na eleição para reitor teria apoiado o candidato Danilo Borges.

Explicação

Outro que não gostou das declarações de João Nelson foi o chefe de gabinete da Reitoria, Ivônio Barros Nunes. Segundo ele, que é acusado pelos estudantes de ter agido com "descaso", o excesso de funções executivas do chefe de gabinete impede que este esteja à disposição das pessoas a qualquer hora do dia. "Se eu não pude atendê-los é porque devia estar trabalhando muito, mas, se não me engano, recebi os estudantes

"A Reitoria não quer enxergar a necessidade de discutir os tóxicos", reclamam os estudantes. "Temos outras prioridades", diz a administração. E o caso da maconha continua dando polêmica.

por três vezes", diz Ivônio.

Sobre a falta de apoio logístico da Reitoria em relação ao debate, Ivônio Barros Nunes garante que a afirmação é uma levianidade. Segundo ele, a administração da UnB forneceu três das oito passagens solicitadas, liberou um anfiteatro e deu transporte a alguns debatedores. "Só que, no início, eles (os quatro estudantes) não estavam pedindo ou fazendo uma sugestão a ser levada à consideração dos órgãos da reitoria: eles estavam exigindo. Isso não pode ser aceito porque quem exige alguma coisa é um movimento organizado e representativo, não iniciativas individuais", revelou o chefe de gabinete.

Ivônio falou ainda sobre os cartazes de propaganda do evento, pagos pelo Decanato de Assuntos Comunitários, que traziam em letras grandes o título "A Questão da Maconha", quando o projeto encaminhado à Reitoria tratava do tema "Constituinte e Questões Marginais". Além disso, ao pé dos cartazes, os quatro estudantes, João Nelson, Frederico, Edser e Jarbas, assinavam como promotores do debate. Segundo Ivônio, a forma adotada não foi a melhor. "No momento em que essa atividade começou a tomar uma amplitude maior, uma dessas pessoas disse que era candidato à presidência do DCE. Se nós formos pensar com bom-senso, eu posso estar usando o dinheiro da Universidade para financiar uma campanha para o DCE e eu acho que isso não é correto", disse Ivônio. Segundo apurou o Campus, o candidato seria o estudante João Nelson, que, no entanto, rejeitou esta versão, afirmando que nunca postulou esta candidatura.

CIRCOS INVADEM A CIDADE



Gran' Circo Lar

KÁTIA TURRA

Não se pode comparar o poder legislativo com um circo. Esta foi a polêmica gerada há mais ou menos um ano atrás, quando uma foto mostrava um circo no lugar do Senado Federal. Realmente um circo montado na Esplanada dos Ministérios, não é uma imagem comum em Brasília. Mas as pessoas podem ir se acostumando, pois daqui a alguns meses ela passará a fazer parte da cidade.

É o Gran' Circo Lar, um projeto idealizado há dois anos por Elaine Ruas, ex-integrante do Circo Voador do Rio, vinda de uma formação circense e palhaça há 10 anos. Para ela, a experiência em circo é fundamental para se desenvolver um trabalho como este. "Circo é um centro de arte, uma coisa da comunidade, não é um empreendimento". E vai ser na área social, mais especificamente com crianças carentes, que o Gran' Circo Lar vai trabalhar: "O Circo tem alma de criança, nós vamos tirar as crianças que ficam perambulando pela rodoviária e vamos trazer para o circo, onde elas farão trabalhos manuais, e terão o lucro repartido entre si".

Quando Elaine teve a idéia do circo, não sabia ainda onde seria o local ideal para montá-lo e resolveu consultar o arquiteto Lúcio Costa. Foi ele quem propôs que o circo ocupasse o Setor Cultural Sul, uma área projetada para a instalação de instituições culturais e que hoje é um terreno baldio localizado entre a Rodoviária e a Catedral.

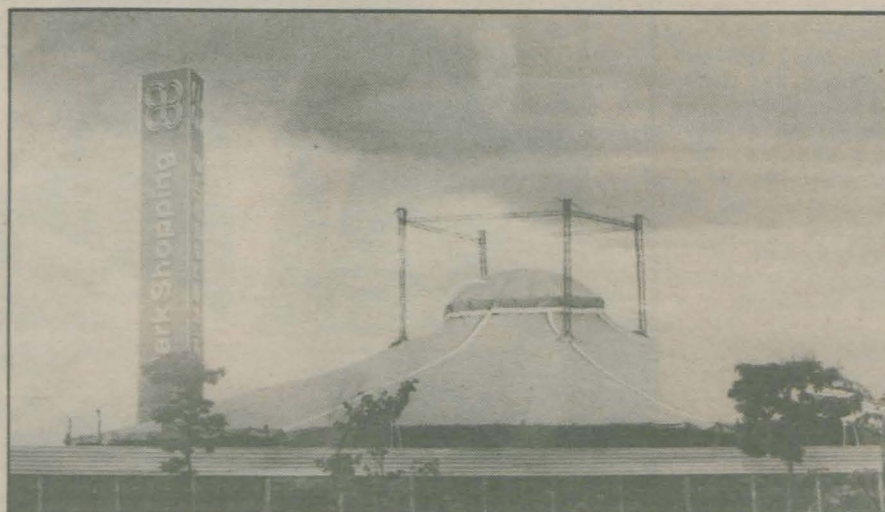
"É fundamental a Especulação Cultural na cidade a fim de lhe conferir conteúdo específico e autenticidade", afirma Lúcio Costa em sua resposta a Elaine Ruas. Para ele, o circo será uma espécie de iniciação de sentido cultural popular, tanto mais bem-vinda pela proximidade da plataforma rodoviária que, em boa hora, se tornou ponto de encontro da periferia urbana com o centro metropolitano.

A princípio era somente uma idéia na cabeça, que precisava de verba para ser desenvolvida. A proposta foi levada à Fundação Cultural, não sendo aceita pelo então diretor Luis Humberto, que não bancou o projeto por achá-lo muito individual, não estar ainda muito bem definido, e ter um custo altíssimo.

"A Fundação tem coisas prioritárias, como o complexo cultural para Taguatinga, e também projetos culturais para outras cidades-satélites", afirma Luis Humberto. Depois da recusa da Fundação, o projeto foi para a Secretaria de Viação e Obras, por onde está sendo desenvolvido.

O custo do Gran' Circo Lar está orçado em 13 milhões de cruzados, incluindo todo o material necessário, como equipamento de som, luz, material de circo etc., mas,

Além do Circus Show, já em funcionamento no ParkShopping, em alguns meses estará terminado o Gran' Circo Lar, que além de Shows desenvolverá um trabalho com as crianças carentes, e trará para Brasília a Escola Nacional de Circo.



segundo Elaine, para o Circo começar a funcionar são necessários 4.700 cruzados, dos quais dois mil já foram dados pelo Banco Nacional e pela Fiat, e dependendo do restante da verba, a obra poderá estar terminada dentro de três a quatro meses.

Elaine vê no Gran' Circo Lar um espaço que Brasília estava precisando. "O público de Brasília é muito desrespeitado e está ficando agressivo", e o circo será um local bem equipado que permita uma boa visibilidade para toda a plateia.

O circo é na sua essência um lugar mágico, que causa emoção, e o Gran' Circo Lar não vai esquecer esta magia do circo, trazendo para Brasília a Escola Nacional de Circo. "Nós não queremos ser como a Fundação Cultural, que virou um INPS da cultura. Não somos bancos, nem postos de saúde, somos um espaço aberto para boas idéias", afirma Elaine Ruas.

Ao contrário desta conclusão, a Fundação Cultural também tem boas idéias, e o seu próprio circo. É o "Balão de Ensaio", uma parte do projeto A E I O U, que visa melhorar as condições de trabalho dos artistas das cidades-satélites, que tem boas idéias, mas não tem espaço para desenvolvê-las. "É fundamental que não se deixe acontecer o aborto inicial para o amadurecimento das idéias, e o "Balão de Ensaio", viria para evitar este aborto", afirma Tetê Catalão, coordenador das Assessorias da Fundação Cultural.

Para começar, o Balão de Ensaio, um circo inflável de 260 metros quadrados,

com capacidade para 400 pessoas, funcionará em Taguatinga, podendo depois se estender pela outras satélites. Os artistas daquela cidade já conseguiram junto à Administração local uma área onde será implantado o circo, que além de um lugar para ensaios atenderá também à comunidade, sendo um local para reuniões de associações de bairro, creche etc. Segundo Tetê Catalão, "o circo será também um espaço ideológico".

Para Tetê é importante manter a cultura "monumental", mas não se pode esquecer do aspecto potencial do laboratório, mesmo que essas novas expressões culturais não venham a sobreviver. O trabalho de apuração fica por conta da comunidade, e ela que vai decidir.

Circus Show

AMNERES PEREIRA
ANA TERESA SERPA

"Somos mais Brasília". Nas últimas semanas, essa mensagem vem sendo veiculada insistentemente nas rádios e na televisão. Além disso, os jornais divulgaram, com destaque, shows como os de Alceu Valença, RPM e Gal Costa. Tudo isso faz parte da nova linha de comunicação do ParkShopping que incluiu, com seriedade, em sua empresa: a inauguração de um espaço alternativo para a cidade — o Circus Show.

"Existia um espaço ocioso no shopping e achamos que se aproveitássemos a área para trazer mais coisas para Brasília,

criando mais uma opção, matariamos dois coelhos de uma só vez", afirma Daniel Haar, gerente de marketing do shopping. O ParkShopping estava bastante descredenciado. Lojas constantemente fechadas, pouca afluência da população e um baixíssimo consumo pareciam condenar a empresa ao fracasso. Foi quando o grupo decidiu mudar a sua imagem, mudando toda a política de marketing do shopping. A idéia do circo é um dos recursos que tem funcionado e o ParkShopping parece estar dando a volta por cima, em fase de franca prosperidade. "O Shopping é de Brasília, para Brasília", explica Daniel. "às vezes o que dá certo em outros lugares não dá certo aqui e vice-versa. A intenção foi, ao mesmo tempo, dar alguma coisa a Brasília e marcar o lugar, o shopping".

O circo, resultante da sociedade entre a Multishopping e a Artway Produtora Artística, tem capacidade para nove mil pessoas e ainda está em obras. Afinal, não foi só levantar a lona... O projeto é muito cheio de detalhes, custou bem caro e tem uma sofisticada estrutura elétrica e hidráulica. "A gente não esperou ficar pronto para começar, a gente começou para terminar", diz o gerente de marketing do ParkShopping. A princípio não vai existir uma estrutura fixa, pois o espaço vai ser bem versátil. Vai-se poder sentar ou ficar em pé. A novidade é a arquibancada móvel, que funciona como uma sanfona. Nos shows de Alceu Valença e do RPM a moçada ficou em pé, mas o show da Gal Costa, por exemplo, o espaço foi ocupado por cadeiras.

"Vai ter de tudo", continua Daniel. "A gente está fazendo, por enquanto, só shows que é para saber qual é a do lugar". É um espaço de 8 a 80, para todos. E não vai parar. No calendário já estão previstos Léo Jaime, Sá e Guarabira, Manolo Otero e o Trem da Alegria. Daniel explica que o Circo é a nova divertilândia, um apêndice do Shopping. A peça do Teatro "Dona Flor e Seus Dois Maridos" também vai fazer uma temporada no Circo. Outra inovação é o uso do espaço, pela manhã, para cursos específicos (o de manequim será o primeiro) e, inclusive, para a realização de leilões de cavalos, entre outras coisas. O preço dos shows, que acabou gerando certa polêmica, só depende do cachê do artista. E, por causa disso, os preços vão sempre sofrer uma variação para mais ou para menos. "Não tem como tabelar o preço do ingresso, a nossa matéria-prima é o artista", justifica Daniel.

O sucesso do circo vai estar muito ligado ao que for levado para dentro dele. Daniel espera que o circo estimule a criação de novos espaços: "Quanto mais espaços, melhor para todos os espaços. Porque todo mundo vai ver que se aprimorar e quem sai ganhando é a comunidade".

A cu

No episódio de censura à música "Merda" de Caetano Veloso, proibida de ir ao ar no programa inaugural de "Chico e Caetano", da Rede Globo, o Ministro da Cultura Celso Furtado declarou que não há país no mundo sem uma forma ou outra de censura". Antes disso, na entrevista que nos concedeu em seu gabinete, o Ministro falou de questões relacionadas à Cultura, sempre ancorado na larga experiência adquirida no exílio—citando, inclusive países onde viveu. É essa mesma experiência, além de um currículo invejável, que faz de Celso Furtado um homem para gerir a pasta da Cultura, bem como outra qualquer. A da Fazenda, por exemplo. Isso, no entanto, não autoriza a ninguém qualquer especulação em torno do assunto. De qualquer forma, o Ministro revela uma preocupação própria de um economista: ele pensa a Cultura não como lazer apenas, mas algo que permeia as relações sociais do indivíduo. É o que ele chama de "dimensão cultural do cotidiano". Mostrando-se uma pessoa aberta ao diálogo, ele conversou durante meia hora com o *Campus* sobre Projeto Sarney, Indústria Cultural, Rádios Livres, etc. O resultado está aí.

Entrevista a
Nevinho Alarcão
Fotos de
Margareth Vitória



Campus — Como o Sr. definiria Cultura?

Celso Furtado — Aqui neste Ministério se entende Cultura como tudo que enriquece a vida das pessoas, tudo que melhora a qualidade de vida da cidadania é, para nós, Cultura. No sentido antropológico, Cultura é o que o homem cria, em contraste com a natureza, que não é Cultura. Tudo que o homem cria é Cultura; agora, a nós não é tudo que o homem cria que nos interessa, mas sim aquela parte da criação humana que melhora a qualidade de vida das pessoas.

Campus — Na exposição de motivos que acompanha o decreto de estruturação do MinC, é abordada a questão da Cultura do cotidiano...

Celso Furtado — É corrente que se imagine que a Cultura diz respeito ao lazer das pessoas. Ora, se a cultura é tudo aquilo que enriquece a vida, é evidente que terá que enriquecer a vida ativa do homem, e não a vida do lazer do homem apenas. E assim o que nos preocupa são as condições de vida do homem no trabalho, no estudo, enfim, ali onde ele está. Por exemplo, se ele está nos hospitais, se ele está no presídio, onde estiver o homem, a Cultura tem de estar presente. A isso é que nós chamamos de "dimensão cultural do cotidiano", que vai nos preocupar diretamente.

Campus — O Sr. pode citar algum programa prático neste sentido?

Celso Furtado — Neste sentido nós estamos preocupados com a utilização do Teatro, seja na cura de pessoas, seja na melhoria de vida dos presidiários, porque o Teatro é uma forma de expressão e de realização, que é seguramente a melhor forma de reeducação do homem. Isso pra dar um exemplo extremo. Mas é evidente que o Teatro também em todas as comunidades, aquelas comunidades em torno de um bairro, que podem se interessar também por teatro, como podem se interessar por livros, nas bibliotecas, bibliotecas nos presídios, na vida, nas comunidades, enfim ali onde os homens estão...

Campus — E junto a sindicatos?

Celso Furtado — Da mesma forma, junto a sindicatos.

Campus — Tem algum programa em andamento?

Celso Furtado — Estamos trabalhando, pensando nisso, estamos estudando projetos nesta direção.

Campus — E com relação às Universidades, existe alguma forma de ligação?

Celso Furtado — Na medida em que a

“Nossa visão da cultura aqui neste Ministério é de que toda verdadeira cultura é universal, porque toda verdadeira cultura enriquece os homens do mundo inteiro”.

Universidade atua no campo cultural, que a Universidade no Brasil está ligada ao Ministério da Educação, portanto as suas atividades são financiadas pelo Ministério da Educação, quando o são. O Ministério da Cultura preocupa-se muito mais com a sociedade civil, com os sindicatos, a atividade cultural na sociedade do que com a atividade cultural na Universidade. Ainda assim nós temos acordos com grande número de universidades para projetos comuns, projetos exatamente visando a identificação de áreas culturais que são importantes. Inclusive com a Universidade de Brasília, para cursos de treinamento para formação de pessoal para atividade cultural.

Campus — Existem duas linhas de apoio que podem definir a ação política do Ministério da Cultura. Uma, é a linha da

Cultura pelo Ministro da Cultura

manifestação com uma proposta regional, e outra com uma proposta universalista. As duas, enfim, são a mesma coisa, ou seja, o regional acaba sendo universal e o universal é um pouco regional. Por qual ponta o Ministério entraria?

Celso Furtado — Nossa visão da cultura aqui neste Ministério é de que toda verdadeira cultura é universal, porque toda verdadeira cultura enriquece os homens do mundo inteiro, e logo nos preocupa ter acesso a toda cultura universal. Não é privilegiar a cultura, digamos, propriamente específica nossa. Agora, a cultura universal é resultante da adição de culturas que têm sua própria identidade. Os valores podem ser universais, mas as culturas geralmente têm uma identidade. É evidente, você sabe perfeitamente que a cultura brasileira, se ela existe é porque ela é vista no seu todo, não pela sua parte. Daí a preocupação nossa com o que nós chamamos de a identidade cultural. Mas a nossa cultura, o fato de que ela tenha identidade não quer dizer que ela não crie valores universais. Não existe uma cultura universal, propriamente dita: existem valores universais, mas as culturas são sistemas, e como sistema são delimitados, são circunscritos a certos povos, a certos conjuntos de povos.

Nós aqui estamos preocupados em que o Brasil se apresente como uma nação adulta internacionalmente, e que nossos valores sejam reconhecidos mundialmente, e dessa forma queremos ser brasileiros culturalmente, mas ao mesmo tempo estamos abertos a todos valores universais.

Campus — É, mas era preciso uma orientação política para os incentivos, se se vai incentivar manifestações com tendências universalistas ou com tendências regionalistas...

Celso Furtado — Você está dizendo se vamos privilegiar?

Campus — É.

Celso Furtado — Não, não há nenhuma razão para isso. A questão da identidade cultural aí vem em primeiro plano. Nós estamos preocupados com a cultura brasileira não como um aglomerado de coisas, mas com uma cultura como um sistema, não estamos preocupados com coisas isoladas, estamos preocupados primeiramente com a Cultura brasileira, isso é a responsabilidade do Ministério da Cultura, está no seu decreto de criação, está no pensamento definido pelo governo, pelo presidente Sarney, de que cabe preservar a identidade cultural brasileira. Isso portanto é a nossa orientação mais geral. Mas eu não vejo como se possa desenvolver cultura brasileira sem abri-la aos ventos da cultura universal, à ampla comunicação com o exterior. Isso não tem como destruir a nossa identidade cultural, pelo contrário terá que reforçá-la.

Campus — Isso não abriria muito as portas para a Indústria Cultural, em detrimento das manifestações mais populares?

Celso Furtado — Bem, aí você já introduziu um outro conceito, o da Indústria Cultural. A Indústria Cultural pode ser brasileira também. Considere por exemplo a televisão brasileira, que é vista hoje em dia como uma das mais fortes do mundo. Ela está presente no mundo inteiro e ao mesmo tempo ela é tipicamente uma Indústria Cultural. Quer dizer, Indústria Cultural é um conceito mais amplo do que o nacional. Tudo é influenciado pela Indústria Cultural, hoje em dia, porque a Cultura hoje em dia se dirige à massa, e na medida em que ela se dirige a grandes massas transforma-se em um produto industrial.

Campus — O Sr. não concorda que, sendo o Brasil um país periférico, do Terceiro Mundo, a indústria cultural externa é mais forte e tem mais poder de penetração?

Celso Furtado — É que o Brasil é um país periférico, mas não culturalmente. Culturalmente o Brasil é uma das... Hoje em dia pode se dizer que o Brasil é um país com

uma forte personalidade reconhecida mundialmente e com um poder de criatividade que ninguém ignora. É um dos poucos países, inclusive, que preserva a sua música, nesse mundo de hoje que tende a se uniformizar. O problema está nisso, se nós somos ou não uma nação com uma força cultural própria, que tem uma atividade própria, porque a indústria cultural também tratará de buscar os nossos valores, se ela reconhece que o Brasil é um país de forte cultura. Ela em si não vai destruir uma cultura. Ela procura explorar, aproveitar, universalizar, utilizar de uma forma mais ampla aquilo que existe e que é aceito. A música brasileira poderá amanhã ser e já é hoje em dia apropriada pela indústria da cultura mundial e levada para toda parte. É preciso distinguir isso: a cultura cosmopolita que você está imaginando, que não tem características nacionais e a indústria cultural. A indústria cultural sempre estará presente. Agora essa cultura cosmopolita, de valores, diria eu, descaracterizados, essa é que nós temos de nos preocupar, não permitir, por exemplo que, por questões puramente de facilidades, se leia somente *best-sellers* internacionais, não se leia mais a literatura brasileira, valores reais da cultura brasileira, porque é tão mais fácil, a propaganda do *best-seller* já vem feita em escala mundial. Aí sim é que nós temos que pensar, que a indústria cultural pode ser daninha, se publica já livros para vender em escala mundial e o tempo de leitura de um povo, no fundo, é limitado, assim como se o cinema só apresenta filmes internacionais. Mas por quê? Porque o filme internacional já está amortizado. Quando ele chega aqui já não custa mais nada, tudo que ele render é bom negócio. Isso sim é que seria na verdade daninho e que nós temos que lutar contra. São os efeitos danosos da indústria cultural, mas a indústria de cinema sempre terá de existir.

Campus — Há tendência à homogeneização...

Celso Furtado — A massificação, a homogeneização e, portanto, ao empobrecimento.

“A revolução tecnológica nos meios de comunicação cria enormes possibilidades de difusão, mas não incentiva a criatividade. Pelo contrário, transforma a população em consumidores passivos de cultura”.

Campus — Na revista “Status” o Sr. diz que é mais importante dar incentivos à criação do que à difusão. Como é que na prática o Ministério vem incentivando mais a criação de cultura do que sua difusão?

Celso Furtado — Em verdade lá eu declarei claramente, porque isso é um ponto essencial para mim, de que num país como o nosso a difusão é fundamental. Porque nós somos um país elitista, e o que é bom aqui se restringe a todos. Portanto, a democratização dos valores culturais, do acesso à cultura é minha primeira preocupação. Agora, eu dizia por outro lado o seguinte, é que a tecnologia moderna facilita enormemente a difusão. A revolução tecnológica nos meios de comunicação cria enormes possibilidades de difusão, pra quem tem acesso a esses meios. Mas não incentiva a criatividade, pelo contrário, transforma a população em consumidores passivos de cultura. E por isso é que o Ministério tem que se preocupar profundamente e seriamente com a criatividade. Mas você veja agora mesmo, que vem aqui o Teatro Bolshoi, que é uma coisa de cultura universal. Não se trata de ser deste ou daquele país,

interessa é que é uma das expressões da cultura universal. Chega ao Brasil e um pequeno número de pessoas tem acesso a isso. São aqueles que podem pagar 1 milhão e oitocentos mil cruzeiros para entrar. Agora, cabe ao Ministério da Cultura tentar difundir isso. Quer dizer, dar um acesso maior a isso, a um espetáculo maravilhoso como esse. Nós então estamos promovendo um grande espetáculo com o Bolshoi que permite que alguns milhares de pessoas vejam. Aí o Ministério da Cultura tem um papel na difusão, não na criatividade.

Campus — O projeto Sarney dá incentivos aos investidores em cultura. O Sr. pensa em ampliar certas áreas, e com isso orientar as aplicações segundo as orientações do Ministério?

Celso Furtado — Não. O projeto Sarney, primeiro, não se destina a investimentos apenas, não é? É principalmente para estimular a doação, estimular o patrocínio na área cultural e, finalmente, o investimento. Tem as três coisas. Agora a lei, ou a futura lei, o projeto Sarney, na forma como estava concebido inicialmente — foi trabalhado sobre ele bastante — cobre praticamente todas as áreas do mundo cultural. O Ministério não vai dizer isso aqui. A sociedade é quem dirá. Se a sociedade quiser apoiar mais teatro, apóia. Na sua cidade, por exemplo, pode ser que a população esteja muito mais empenhada em apoiar uma biblioteca do que um teatro. No entanto, outros setores podem estar interessados em dar bolsas de estudo a artistas, outros poderão estar interessados em ajudar a produção de filmes, e por aí em diante. Digamos, não há nenhum campo da atividade cultural que fique fora. Agora, a opção, a escolha será da sociedade e de acordo com a demanda que se crie, sem ingerências do Ministério. Foi tudo concebido para estimular a sociedade a assumir essa função. Acabar com o espírito paternalista, de que vai ser feito porque o Estado deu dinheiro ou porque o Estado está interessado. É o fim da época do paternalismo e o começo de uma época em que a sociedade sozinha caminha nesse terreno.

Campus — O Sr. mencionou também na revista as rádios livres de Paris e um auxílio que teria este tipo de veículo. O que o Sr. pensa deste tipo de veículo, lembrando que o artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, diz que todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão por quaisquer meios, sem sofrer interferências e independente de fronteiras?

Celso Furtado — Eu não vejo muita relação entre as rádios de Paris e esse princípio que é universal. Na entrevista eu me referi ao fato de que em Paris as rádios são financiadas pelos que ouvem, não é o Estado. Na França existem rádios do governo, mas existem muitas estações de rádio que são financiadas pelas próprias pessoas que ouvem. Ocorre nos Estados Unidos muito esse caso, muitas cadeias de televisão que são financiadas pelas pessoas que vêem...

Campus — O Sr. mencionou um certo auxílio do Estado...

Celso Furtado — Não, pelo contrário, eu queria mostrar que eu, por exemplo, lá em Paris mandava o meu cheque e financiava uma estação de rádio porque as músicas que eles transmitiam são as que eu gosto de ouvir. E assim ocorre em todas as sociedades. Tem muitas rádios, em frequência modulada evidentemente, que são de uso local. E aí você tem todo tipo de programa, têm muitas pra debate também, etc. Mas isso é a sociedade que cria, que organiza, exatamente contrastando com esse tipo de coisa de esperar do Estado uma ajuda. Uma sociedade rica ou uma sociedade desenvolvida quase não precisa de Ministério da Cultura, era isso que eu dizia, porque ela mesma leva tudo isso nos braços, ela resolve seus problemas. Eu seria a última pessoa a defender a exclusão do governo, do Estado, do mundo da Cultura, porque sei que em

todos os países em que eu vivi o Governo está presente. Se existem grandes companhias de teatro no mundo inteiro como o Teatro Bolshoi, é porque os Estados ajudam amplamente, porque você não pode mais hoje em dia ter grandes espetáculos, sem ajuda do Estado, custam muito caro. Em Paris mesmo, onde se paga muito por um espetáculo de ópera, o Governo entra com a metade dos custos. Quer dizer, há coisas, que por sua qualidade exigem uma grande concentração de recursos. Nos Estados Unidos você pode dizer que as fundações cobrem isso, em outros países o Estado completa. Há sempre um papel para o Estado de apoio à Cultura e de defesa do patrimônio cultural. Por exemplo, tudo que existe como patrimônio arquitetônico no País, se o Estado não estiver presente para tombá-lo, se destrói porque vem as leis do mercado que não vêem o passado, só vêem o futuro. Se você não tiver uma preocupação com o tombamento, as destruições serão massivas, é natural. Portanto, a responsabilidade do Estado é muito grande. Mas a criatividade mesmo o Estado não tem papel quase nenhum. Ele pode ter um plano de bolsas de estudo, de prêmios a grandes artistas, de viagens como havia antigamente no Brasil, mas de uma forma geral a criatividade é um fenômeno dos homens vivendo em sociedade, e não do Poder.

Campus — Ultimamente tem havido um debate, particularmente na UnB, sobre essa questão das rádios livres. Independentemente do papel do Estado, o que o Sr. acha deste tipo de veículo?

Celso Furtado — A experiência que se tem na Europa é de que a rádio livre é uma

“A experiência que se tem na Europa é de que a rádio livre é uma coisa extremamente positiva, estimula enormemente a criatividade e, por outro lado, envolve diretamente a sociedade”.

coisa extremamente positiva. Existe uma regulamentação e as rádios livres não podem ser apenas para negócios. É preciso que a rádio livre expresse um certo desejo. É algo que a sociedade cria. Não é você fazer uma rádio livre somente pra fazer anúncio, digamos, porque é um serviço público, tem o governo que dá uma concessão. Portanto, é necessário que ela tenha um papel social. Eu considero que isso é extremamente positivo. Pelo menos lá onde eu vivi, que havia rádios livres, televisões livres, estimulam enormemente a criatividade, porque diversifica muito, torna muito mais barata a coisa e, por outro lado envolve diretamente a sociedade respondendo a uma demanda como eu dizia, qualquer pessoa pode se inscrever numa rádio livre para participar dos debates, ou pelo menos pode receber por escrito aquilo, e para ouvir a música que quer, para ouvir os debates que deseja, etc.

Campus — O País vem de um período de autoritarismo, quando houve muita preocupação com esses meios de comunicação. O Ministério estaria disposto a incentivar a abertura desse leque?

Celso Furtado — Não só o Ministério, mas todos os Ministérios, dentro da nova política do Governo todos os Ministérios estão preocupados com a participação. Eu creio que essa é a palavra-chave, que o Presidente da República utilizou amplamente no seu último discurso. Vivemos hoje na época da participação, e a população está exigindo isso. Se o Ministério da Cultura não tiver este sentido (a demanda de projetos nasce da sociedade por todos os lados) ele não estará exercendo nenhuma função dentro dessa nova política.

AINDA HÁ MUITA LUTA PELA FRENTE

Conselho não cumpre papel

SHIRLENE COSTA

A mulher brasileira sempre sofreu discriminação pela nossa sociedade machista, e apesar da existência do CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ainda há uma grande luta pela frente. Para Mercedes Rocha Ferreira, advogada especializada em direito de família, jornalista e assistente social, a presidência do CNDM devia ser exercida por uma pessoa especializada na área do Direito. Considera ainda que tanto a Deputada Ruth Escobar, como a atual presidente, a socióloga Jaqueline Pitangui têm a visão social, mas não a convivência com os problemas enfrentados pela população. Afirmando, ser necessário, "um Conselho de fato e de direito. Um órgão que seja deliberativo, consultivo, com voz ativa e de realização, e isto não está ocorrendo".

E continua, "já que a Pitangui assumiu o cargo interinamente, nós, mulheres, devemos nos unir e pedir ao Presidente Sarney para fazer o órgão realmente existir, convocando membros de movimentos feministas e comunitários de cada capital para compor o Conselho, não esquecendo nenhuma região do país".

Mercedes, há dez anos, viaja pelo Brasil, mostrando à mulher como reivindicar seus direitos. Normalmente trabalha com mulheres de baixo poder aquisitivo, pouca instrução, e que, por viverem numa sociedade patriarcal, são submissas aos homens. "Na medida do possível, faço na televisão, rádio, jornais, despertando a mulher para os mitos que existem na sociedade".

Atualmente, Mercedes reside em Campo Grande-MS e fundou o SOS Mulher, escritório especializado, onde a mulher tem apoio para defesa de seus direitos, assistência espiritual e psicológica. A maioria das reivindicações levadas ao SOS são no sentido da valorização da mulher como profissional, como pessoa. São levados também problemas de pensão e separação.

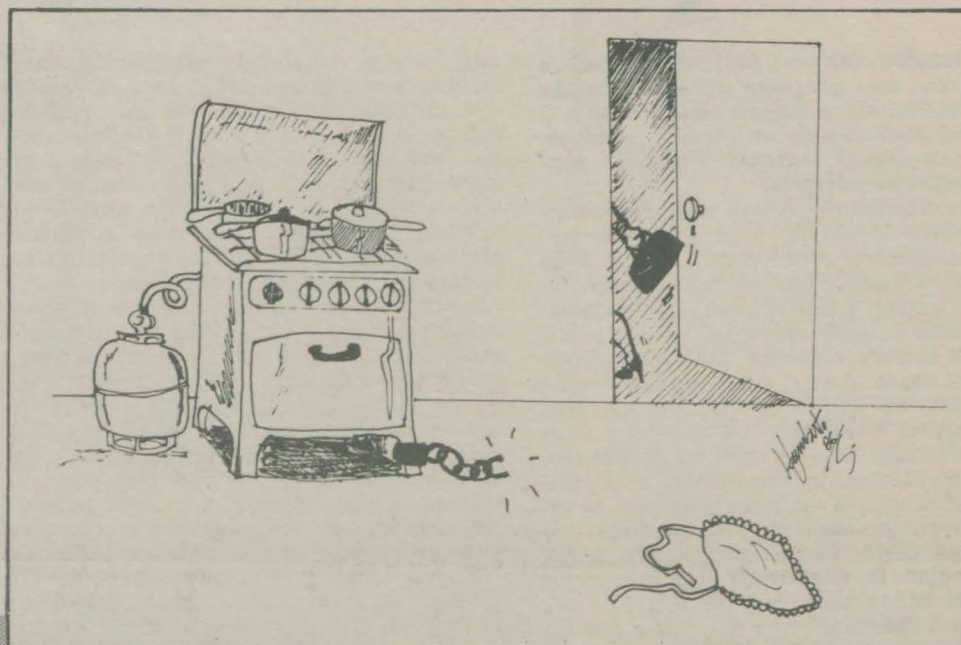
"Quando fundei o Clube dos Desquitados e senti que em Brasília me conhecia, comecei a trajetória pelo país, mostrando a essa pseudo-nova mulher seus direitos e deveres. A própria lei do divórcio veio trazer um alerta neste sentido, mas a mulher brasileira não lê e, quando lê, não entende", acentua Mercedes.

A mulher de hoje interessa ser figura de frente, ter direitos iguais aos homens, estar junto deles. "Metade dos representantes do Congresso Nacional deveriam ser do sexo feminino, para haver uma equidade na sociedade. Sem isso, a mulher jamais terá seus direitos reconhecidos pelo homem. A Constituinte vem aí. Precisamos de mulheres com grande potencial de trabalho, que briguem pelos seus direitos. A Constituinte sem a mulher vai nascer morta. Ela será feita por homens e talvez fneia dúzia de mulheres que não representam nada, ou melhor, vão fazer o mesmo que o Conselho, figura decorativa. A mulher tem a mesma condição do homem para ser eleita. Só falta se conscientizar e brigar para participar da Constituinte".

Os objetivos do Conselho são bem amplos em sua opinião: "É necessário analisar o caso da mãe solteira, dos órfãos de pais vivos, educar a população sobre os meios de anticoncepção. No trabalho, é inadmissível que uma mulher com as mesmas qualificações e função do homem, receba salário diferente, e isso ainda acontece".

O Conselho precisa mostrar à mulher brasileira seu papel na sociedade. Seus direitos estão reconhecidos em lei, mas ela não sabe. É um trabalho de base, que leva tempo, e o Conselho não está preocupado com este aspecto. Quando isto ocorrer, estaremos aptas a lutar por um ministério, para termos acesso às altas decisões da Nação. "Não adianta colocar na presidência da Secretaria do Meio Ambiente um advogado, ele pode até conhecer o problema, mas não o a fundo, e infelizmente é o que ocorre em nosso País".

Com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985, acreditava-se que finalmente a mulher brasileira ia conseguir espaços nas decisões políticas. Seis meses depois, o que existe são muitas críticas e contestações ao papel do Conselho. A realidade da mulher no Brasil é difícil e ainda há muito o que conseguir.



Mulher tem representação

HELOISA HELENA

Desde que foi criado, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM tem sido alvo de muitas críticas por parte dos movimentos de mulheres de todo o país. Com pouco mais de seis meses de existência, muitos objetivos e pouco apoio da sociedade, o Conselho tem agora sua segunda presidente: a socióloga Jaqueline Pitangui.

Para Jaqueline, a consciência da necessidade de um órgão para cuidar dos direitos da mulher surgiu junto com o processo de redemocratização do país. "Nas eleições de 82 e 84 nós conseguimos grandes vitórias, principalmente, a formação dos Conselhos Estaduais. De modo que, quando nós procuramos o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, com a proposta de um conselho a nível federal, o movimento já estava amadurecido".

O Conselho tem, segundo Jaqueline, objetivos claros e definidos: a valorização social da mulher, a luta contra a discrimi-

nação e, sobretudo, ser um órgão basicamente político. Atua tanto em nível ministerial, articulando políticas sobre a mulher, quanto em nível de movimentos sociais, mantendo estreitos canais com a sociedade. Quanto às suas principais realizações, a presidente do Conselho destaca a campanha "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher", que promove debates junto aos movimentos de mulheres de todo o Brasil, e a campanha de criação de creches.

A campanha de creches é feita em conjunto com os Ministérios da Saúde, da Previdência Social e da Educação, para atendimento da criança de zero a seis anos. "Neste ponto conseguimos uma de nossas maiores vitórias: a decisão do BNDES de não conceder empréstimo a empresas que não cumpram a lei de creche", acrescenta Jaqueline.

Uma das principais críticas feitas ao Conselho é que ele não atua junto aos movimentos de mulheres. Os membros do Conselho discordam, alegando serem participantes e porta-vozes desses movimentos. Quan-

to ao fato de não haver representação de todos os Estados e de a maioria dos membros do Conselho ser do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Jaqueline esclarece: "Isto se deve ao fato de nestes Estados a luta da mulher estar mais avançada que no restante do país. Sobre a divulgação, "eu posso dizer que não é uma coisa que dependa da gente. A mulher tem que ter um maior espaço dentro da imprensa".

Quanto à crítica de que a presidente do Conselho não é uma advogada, Jaqueline considera ingênua. "Eu acho que a definição da presidência do Conselho não se prende a qualificação de ordem profissional. Prende-se, isto sim, a compromissos explícitos e visíveis com a questão da mulher. A questão da mulher não é meramente legal. Ela se liga, por um lado, a uma questão cultural e por outro a questões que têm a ver com o trabalho, saúde, educação, o problema da criança, e outras. Assumi a presidência do Conselho no dia 25 de março último, mas pertencem ao Conselho desde a sua fundação", finaliza Jaqueline Pitangui.

Camponesa é discriminada

FÁBIO GUIMARÃES

A discriminação contra os direitos da mulher é um fato. Há muito a mulher sofre todo o tipo de violência naquilo que se refere ao seu direito de igualdade com o homem. No Brasil, os movimentos feministas e outros lutam para mudar essa situação. Dentre as mulheres mais marginalizadas estão as trabalhadoras rurais. Com a Nova República, a questão foi levantada e, em fevereiro deste ano, o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, assinou portaria criando a Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural.

"A mulher do campo trabalha desde os dez anos e morre sem ter direito a nada", diz Lúcia Umbeline, Coordenadora da Comissão. Para ela, só agora está havendo maior conscientização das mulheres do campo em relação aos seus direitos, principalmente, no Sul do País, onde já existe uma organização. Em contrapartida, no Nordeste a situação da mulher é ruim já que o nível de organização é muito pequeno. "O coronelismo e o machis-

mo fazem da mulher rural um trapo, ela não vale nada, é um negócio de se jogar fora", diz Lúcia. Ela recorda o episódio ocorrido em 1983, na Paraíba, quando a presidente de um sindicato e grande líder dos trabalhadores, Margarida Alves, foi assassinada na porta da sua casa por latifundiários do brejo paraibano.

Uma das grandes reivindicações das mulheres do campo é o direito à terra. Antigamente, se a mulher não fosse casada legalmente e se seu marido morresse ou a abandonasse, a terra não lhe pertencia. A Comissão levou uma proposta ao Ministro Nelson Ribeiro, que há pouco assinou portaria, ou seja, uma recomendação ao INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para que o título da terra seja dado ao casal, e não somente ao homem.

Mas não é só do título de propriedade que a mulher do campo precisa. Lúcia explica que a mulher rural, em muitos casos, não tem direito à previdência social, ao Crédito Rural, ao auxílio-maternidade e à aposentadoria. Além disto, existe uma desigualdade

de salários em relação ao homem. A mulher chega a ganhar 50 por cento a menos pelo mesmo serviço prestado. Lúcia Umbeline cita um caso ocorrido na Paraíba, onde um grupo de mulheres da zona canavieira pedia salários iguais aos dos homens. A proposta foi aceita, mas os proprietários das usinas passaram a contratar apenas mulheres que tivessem trompas ligadas. Para eles a mulher grávida era "um problema".

A comissão formada pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, como explica Lúcia além de se ocupar da situação da mulher na reforma agrária, faz pressão junto a outros ministérios para que dêem maior atenção à mulher trabalhadora rural. "Falta tudo. As reivindicações são em todas as áreas: na saúde, previdência, trabalho, justiça, reforma agrária e em todos os níveis. E como se não existisse a mulher do campo". Mas Lúcia ressalta: "Apesar do movimento das mulheres do campo estar bem mais atrasado do que a da mulher urbana, elas já estão se organizando".

A matemática já não é aquela. O que fazer com a velha?

JORGE MAYA

A Matemática mudou, pelo menos para os alunos das escolas da Vila do Paranoá. Nessas escolas está sendo implantado o projeto "Novo Currículo para o Ensino da Matemática no Primeiro Grau", que procura evitar a imposição de conceitos que havia no sistema anterior. "O objetivo é explicitar a conexão entre a Matemática presente no dia-a-dia dos alunos e a Matemática pura. Essa conexão é feita através da apresentação coerente dos conceitos, evoluindo do concreto para o abstrato," explica a professora Nilza Bertoni, Coordenadora do Projeto e professora do Departamento de Matemática da UnB.

A experiência começou em 1981, a partir das carências detectadas no currículo oficial pelos formandos de Licenciatura em Matemática. Além do currículo inadequado, a compreensão pelos alunos dos conceitos matemáticos era muito pequena. Os formandos do Departamento, juntos com a professora Nilza Bertoni, que começava a desenvolver a metodologia, passaram a elaborar o projeto, que incluía também um novo currículo. Nilza Bertoni relembra: "Descobri que as crianças fazem os registros matemáticos de outras maneiras e chegam a algarismos (operações ou processos matemáticos) diferentes dos nossos. Depois da experimentação no laboratório, nos repensamos e fizemos a adequação para a experimentação em sala de aula".

Os materiais didáticos utilizados no projeto são palitos de picolé, tampinhas de garrafa,

palitos de fósforo e outras sucatas que os alunos trazem de casa. Com essas sucatas, eles desenvolvem os conceitos matemáticos e descobrem os processos de soma, subtração, divisão, usando suas próprias lógicas e processos mentais.

Apoio oficial

Em 1984, a CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), através do Subprograma de Educação para a Ciência, apoiou o projeto. No mesmo ano, a Fundação Educacional do Distrito Federal englobou muitas das idéias do projeto dentro das suas novas propostas curriculares e, no início de 85, já começavam a ser implantadas a nível experimental. A FEDF já distribuiu o novo currículo de Matemática para utilização ainda este ano pelos professores da Rede Oficial de Ensino. Em Belém do Pará, a Secretaria Municipal de Educação iniciará a implantação experimental das novas propostas.

A professora Nilza explica que no princípio alguns professores ficaram um pouco temerosos. Depois das primeiras experiências, eles sentiram que a aprendizagem dos conceitos matemáticos pode acontecer dentro de um processo natural, com pouca interferência do professor, que ocorre mais no processo de preparação das aulas e na proposta das atividades.

A diferença entre o novo e o velho currículo está na organização dos tópicos e na supressão de alguns. A aplicação do novo currículo é um pouco mais lenta do anterior, mas o aprendizado é mais profundo.

FUB premia melhores projetos científicos

MARTHA FARIA DE MENEZES

Um milhão de cruzados serão repartidos entre os melhores projetos de pesquisa desenvolvidos por alunos e professores da UnB. É o que pretende o Programa Experimental de Financiamentos a Projetos Científicos, patrocinado integralmente pela Fundação Universidade de Brasília e "aberto a qualquer área de conhecimento", segundo o professor Isaac Roitman, decano de Pesquisa e Pós-Graduação.

"O plano consiste num mecanismo de incentivo para que os pesquisadores da UnB produzam mais em ciência. O que se pretende é um resultado de modificação nas curvas de produção de conhecimento da UnB, pois apesar de nossa produção científica alcançar uma posição altamente privilegiada no panorama nacional, na realidade está muito aquém do que o Brasil e uma boa universidade precisam", explica o professor Isaac.

O programa, em sua fase experimental, pretende financiar de 20 a 30 projetos, ao custo médio de Cz\$ 20 mil a Cz\$ 40 mil, e destina-se principalmente à cobertura das despesas de

custeio dos projetos, tais como compra de material, pagamento a terceiros e viagens.

Apesar de reconhecer a modestia da soma a ser aplicada, o decano frisa que o objetivo inicial do programa é estabelecer sua "tradição" dentro da Universidade, a fim de que, posteriormente, "conquistemos uma credibilidade externa", facilitando à UnB a obtenção de grandes quantias por parte de órgãos de fomento à pesquisa.

Seleção

Os interessados deverão entregar seus projetos no Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação até o dia 12 de maio, acompanhados do formulário para auxílio à pesquisa e do modelo de curriculum vitae padronizado pelo Decanato para este fim. De 12 a 19 de maio, os trabalhos serão julgados pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação "ampliada", composta por seus 11 membros titulares e acrescida de professores de áreas específicas de conhecimento, conforme a natureza dos trabalhos analisados. O critério utilizado na seleção será o mérito do trabalho. "Nosso compromisso",

assegura o professor Isaac, "é com a qualidade, e não com a mera distribuição de dinheiro".

O resultado da seleção será divulgado no dia 20 de maio. Neste mesmo mês, o pesquisador contemplado já poderá dispor do auxílio financeiro, que lhe será creditado integralmente em conta (vinculada à FUB) aberta na agência do Banco do Brasil/Campus.

O pesquisador deverá prestar contas à Fundação, para que o processo seja "transparente" e "legítimo". Por outro lado, a FUB pretende acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos não só através da leitura de relatórios e publicações, mas também de visitas ao laboratório onde está ocorrendo a experiência e de conversas, no próprio Decanato, com os beneficiados pelo programa.

Indagado sobre a receptividade do programa no campus, o decano respondeu que "até agora não chegou nenhum projeto, o que pode ser explicado pela característica do brasileiro de deixar tudo para última hora. Eu prevejo que teremos um grande número de trabalhos".

MARCELO FEIJO



Joaquim modela um instrumento de vidro com a chama de um maçarico

Quando a vida começa na água

JOÃO ANDERSON ALVES

Ao contrário do clima tenso com uma mãe amedrontada, rodeada de pessoas com máscaras, luvas e roupas brancas, tinido de ferramentas médicas, som de máquinas ligadas, um forte cheiro de éter e o perigo iminente de uma infecção hospitalar, o clínico-médico, Gilson Dantas, garante que o parto subaquático se realiza em perfeita harmonia e equilíbrio com a natureza. Com o pai e mãe nus dentro de uma piscina com 37 graus aproximadamente, a criança sai do líquido amniótico para a água, que funciona como elemento de transição, evitando o contato brusco com o novo mundo.

Para o Dr. Gilson, o parto convencional, por ser uma prática lucrativa tem de ser rápido, tornando-se desumano e um grande causador de traumas. Enquanto no subaquático segue-se o ritmo natural da mãe. Isso reduz, segundo pesquisas na URSS, em até 90% os traumas e as doenças da infância. Gilson afirma, porém, que é um parto caro e, por isso, não é uma prática estimulada nos países capitalistas.

O bebê nascido na água gasta menos oxigênio e economiza sua musculatura, porque não sofre a ação da gravidade, que atua principalmente no cérebro indefeso pela moleira ainda mole. E o mais importante, afirma o médico, ao nascer, a criança já começa explorando o mundo por conta própria, sem a intervenção de pessoas, que a manipulam, como no parto convencional.

De acordo com 25 anos de pesquisas de Igor Charkovsky, na URSS, crianças nascidas de parto subaquático desenvolvem melhor autoconfiança, determinação, independência e grande mobilidade psicomotora. As pesquisas revelaram ainda que não há riscos de afogamento, pois já se sabe que o feto convive bem com o líquido amniótico, chegando até a bebê-lo; nem de infecções por causa da presença do pai na piscina, visto que a fauna bacteriana dele, depois de tempos com a mãe, é quase a mesma.

O parto subaquático remonta do antigo Egito e era exclusivo para filhos de reis. Segundo o Dr. Gilson, ele significa o reencontro com elementos perdidos há muito. Se pesquisas confirmam melhor desenvolvimento de bebês nascidos do subaquático, é porque há algo de errado com o convencional. "Mesmo assim não há estímulo para sua prática nem pesquisas no Brasil. Em Salvador está sendo feito pelo Dr. Câmara e só. Mas nosso grupo vai colher o que há de material, estudá-lo, discuti-lo e divulgá-lo, e só depois partir para a prática."

Aparelho revolucionaria garimpo

Preocupado com os graves problemas sócio-econômicos que afligem o garimpo de aluvião, o "vidreiro com instrumentação científica" Joaquim Ferreira Lima, do Departamento de Química da UnB, desenvolveu o sublimador de mercúrio, instrumento que promete revolucionar o processo de obtenção de ouro em pó.

Segundo Joaquim, "o único meio de captar o ouro de aluvião é através do mercúrio", adicionando-o ao ouro bruto para a obtenção de uma amálgama (liga) que deverá, por sua vez, ser exposta ao calor de um maçarico. Da "queima do ouro", como é vulgarmente conhecida esta etapa, resulta o ouro em pó. E têm início, também, os graves problemas com que se defrontam os garimpeiros de aluvião, há 300 anos, por desconhecerem outra forma de extração do precioso metal.

Ao sofrer a ação do calor, a amálgama libera vapores de mercúrio, que são inalados pelos garimpeiros. O efeito cumulativo do "metal pesado"

no corpo humano, que não consegue eliminá-lo, traduz-se em doenças como a ulceração, cegueira, artrite, hemorragias e disfunções do sistema nervoso.

Poliuição

Grande parte desses gases tóxicos não consegue subir para a atmosfera em função da alta densidade do mercúrio. "Esses vapores vão se condensar, então, no ar e, principalmente, nos rios, que são os pontos mais frios da região", explica Jorge. Assim, ao mesmo tempo em que poluirá mananciais de água próximos ao aluvião, o mercúrio será ingerido pelos peixes que, por sua vez, serão comidos pelos homens, delineando um catastrófico ecossistema.

No outro extremo da questão, situa-se o aspecto econômico. Jorge explica que todo o mercúrio utilizado no país provém do exterior, e acredita que, deste total, em torno de 50% é empregado no garimpo. "O mercúrio é um metal altamente denso e muito

caro, fazendo com que um quilo do metal caiba em apenas uma xícara de café e custe cerca de 600 a 700 cruzados, comenta o vidreiro.

E foi para solucionar todos esses problemas que o sublimador de mercúrio foi criado. Apesar da complexidade do nome, trata-se de "um instrumento simples, pequeno, movido a gás e que não tem problema de manutenção — fator que eu procurei eliminar", diz Jorge. Porém, o destaque do aparelho concentra-se na reciclagem do mercúrio, ou seja, na pronta recuperação do metal, que outrora seria eliminado sob a forma de vapor, originando toda a sorte de problemas.

Consequentemente, com o emprego do sublimador de mercúrio, o ciclo vicioso de poluição ambiental seria desfeito, tanto o governo quanto o garimpeiro economizariam divisas e este último não mais teria sua saúde afetada pelos maléficos vapores. (MF-M)

Líbia: Religião e Socialismo

LILIAN FONSECA

Sirenaica, Fesan e Tripolitânia eram as três regiões que compunham o que hoje chama-se Líbia. Como todo norte-africano, a Líbia é ponto estratégico e comercial para outros povos. Um país com pouco mais de 3 milhões de habitantes, sofreu com a penetração das mais diferentes etnias.

A população líbia viu crescer em 1837 um movimento religioso que invocava a renovação do Islã. Essa tradição e fraternidade religiosa queria preservar toda a terra árabe, considerada sagrada e, se possível, unificar os povos de cultura islâmica em torno de um só Califado.

Mas em 1911 os italianos interromperam esse sonho, invadindo a Líbia, trazendo outra realidade que não a muçulmana. Acredita-se que 50% dos nativos foram exterminados.

Novos colonizadores

Com a II Guerra Mundial, os colonizadores italianos foram expulsos pelos Aliados, que apoiaram o governo do rei Idris I, descendente da família que deu origem ao movimento islâmico na região. Assim, os americanos mantiveram sua base militar e os ingleses a concessão para exploração do petróleo naquele território.

A sociedade líbia vivia em condições miseráveis: fome, doenças e analfabetismo, enquanto Idris vendia o valioso produto daquelas terras — o petróleo — a 25 centavos de dólares o barril. Esse dinheiro sustentava sua família de quase cem filhos.

O golpe

Paralelamente, Egito 1956, floresce o nacionalismo árabe com Gamal Abdel Nasser, que foi o grande mito para um jovem da guarda do rei-Muamar Khadhafi. Com a morte do pai, pequeno comerciante, ele assumiu ainda cedo a responsabilidade de sua casa. Esteve na Inglaterra para estudar sinalização militar, porém não se adaptou à civilização ocidental. De volta à Líbia, organizou um grupo de oficiais jovens independentes que tinha como objetivo discutir política e formas de governo alternativas.

Em 1º de setembro de 69 esse mesmo grupo destrona o rei Idris, dando início à República Árabe da Líbia. No entanto Khadhafi percebeu que após tantas colonizações, faltava identidade cultural àquela gente. A única coisa que os unia era a religião islâmica. Aí fundamenta-se, então, o Livro Verde: uma terceira teoria segundo Khadhafi, onde religiosidade e política se confundem.

Jamahiria

Favorecido com o aumento do petróleo pela OPEP em 73, Khadhafi estabelece um "estado das massas", chamado Jamahiria. Democracia para o coronel é o povo decidindo em assembleias e comitês populares. Dever do Estado é habitação, saúde e escola gratuitos. Liberdade são os meios de comunicação a serviço desse governo, mas também é um país muçulmano onde a mulher não precisa usar o chadô (véu). Quando interrogado por indiano, cuja população é de 1 bilhão de hab., sobre a inviabilidade prática da realização de assembleias populares, o homem responde: "É má vontade". Na Líbia o trabalho é interrompido por um mês durante o ano, quando os problemas do país são discutidos.

Anarquismo talvez, entretanto, com popularidade. Muamar deu ao povo líbio condições para uma vida confortável. Isso os imperialistas não entenderam. Os americanos ficaram sem a base militar e os ingleses sem o petróleo. Os russos aumentaram o intercâmbio com a Líbia, mesmo sendo um governo socialista com princípio religioso.

Guerra santa

Para defender uma terra profanada e um povo escolhido, a guerra é permitida por Deus. Desse modo, a explosão de um carro-bomba, guiado por crianças, em frente à embaixada americana é justificada religiosamente. E ao desviar dinheiro líbio para grupos revolucionários terroristas, Khadhafi precisa, antes, da aprovação dos comitês populares. Isso é Guerra Santa.

Para Kadhafi, provar que não é um tigre de papel significa intensificar o terrorismo. Para isso a Europa Ocidental é o alvo mais adequado.

Consequências para todos

JOÃO PAGANINE

A situação internacional certamente não é mais a mesma, após o ataque norte-americano à Líbia. As consequências se fazem sentir, não só nos dois países diretamente envolvidos, mas também na Europa Ocidental, na URSS e até mesmo na América Latina. O professor David Fleischer, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, fez para o *Campus* uma análise das diversas alterações políticas provocadas pelo bombardeio americano e pelo provável contra-ataque líbio.

Não haverá, segundo Fleischer, qualquer reação militar por parte da União Soviética. As duas grandes potências mundiais admitem a existência de "áreas de influência", onde a provocação de instabilidade política será combatida de todos os modos, inclusive pela força. Assim, El Salvador é "quintal" dos EUA e o Afeganistão é "quintal" da URSS. A Líbia, entretanto, não se localiza no quintal de nenhum dos dois países, tornando inconcebível uma resposta militar direta.

A resposta russa se fará ouvir no "front" político. O ataque à Líbia congelou o tímido início de conversação entre as duas superpotências, onde Gorbachov vinha colocando Reagan em posição defensiva, "atacando" com propostas concretas para o desarmamento. Agora, o líder soviético procurará se servir da insatisfação dos países da Europa Ocidental, declaradamente contrários ao ataque americano, oferecendo proposta de desmilitarização da Europa. Ninguém espera que a OTAN se dissolva como resultado do pouco respeito dos EUA pela opinião de seus aliados, Gorbachov saberá aproveitar esse momento psicológico, tentando aumentar o "racha".

A situação interna nos EUA, também se modificou. Durante os últimos cinco anos, o território continental norte-americano esteve livre de atentados terroristas, mas existem grupos terroristas em "hibernação" nos EUA. É provável que eles entrem em ação agora. Isso é ruim para os americanos, mas pode ser bom para Reagan, que aproveitaria para incitar o sentimento nacionalista e reforçar sua imagem de "cowboy" salvador da Pátria. Tudo isso

com vistas às eleições que renovarão, em novembro, a Câmara e um terço do Senado dos EUA.

Nicarágua

Reagan vai ainda tentar justificar um endurecimento com a Nicarágua, estabelecendo uma ligação entre Kadhafi e os sandinistas. Nos últimos anos, a Líbia concedeu cerca de US\$ 400 milhões em ajuda à Nicarágua, incluindo até armamento, como ficou claro no caso dos aviões líbios interceptados pelo Brasil, em 1983, com 84 toneladas de armas para o governo sandinista.

Khadhafi precisa agora afirmar-se como líder, tanto da Líbia como dos movimentos revolucionários que ele apóia. E para Kadhafi, provar que não é um "tigre de papel", significa intensificar o terrorismo, para isso a Europa Ocidental é o alvo mais adequado. Consultados pelo presidente norte-americano em busca de apoio, os países da Europa, com exceção da Grã-Bretanha, manifestaram-se contra o ataque. Essa posição é justificada pela vulnerabilidade daqueles países ao terrorismo e pelo risco político de apoiar uma atitude extremamente impopular, quando as eleições estão próximas, na maioria desses países.

A posição da Grã-Bretanha pode ser explicada não só pela maior proximidade ideológica entre Reagan e Thatcher, mas também pelo apoio de Khadhafi ao terrorismo do IRA (Exército Republicano Irlandês) e pelos incidentes do ano passado na embaixada líbia em Londres, quando foi morta uma policial inglesa.

O medo do terrorismo também trará consequências econômicas para a Europa. A maioria dos países europeus cobre seu déficit na balança comercial com receita do turismo. O receio dos atentados afastará os turistas, principalmente os americanos, dos tradicionais locais da Europa Ocidental, onde 50% das reservas de hotel para a temporada de verão já foram canceladas. De acordo com Fleischer, a mais irônica de todas as consequências do ato de "terrorismo de estado" dos EUA vai ser o lucro dos países comunistas da Europa, para onde se dirigirá a maior parte dos turistas com medo dos terroristas. Nesses países, o terrorismo não existe.



Se não tomar Coca, toma bomba

RUDOLFO LAGO

Nada existe de novo no fato de os Estados Unidos mandarem seus aviões bombardear a capital de um país em nome da "liberdade e contra comportamentos odiosos e contrários à democracia". É prática comum, entre os governos americanos, a intervenção contra países que não adotam seus princípios, usando sempre esses mesmos pretextos.

Segundo o professor Nielsen de Paula Pires, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, a origem desse tipo de comportamento se encontrava, no nascimento de seus países, no ano de 1776, quando os americanos começam a buscar conseguir uma hegemonia entre os países da América. Em 1823, surge a Doutrina Monroe, que se definia pela frase "A América para os Americanos". "Não se esclarecia, porém, para qual das Américas, a Latina ou a do Norte", argumenta o professor, que completa dizendo que "essa doutrina toma forma de embrião do pensamento de unidade das Américas sob o controle norte-americano".

Para que essa hegemonia começasse a se manifestar em termos mundiais, teria que se aguardar até o final da 2ª Guerra Mundial, quando os americanos assumem o comando do mundo. "A partir daí, até a década de 60, os Estados Unidos exercem um domínio indiscutível", explica Nielsen. "No campo econômico, reorganiza a Ordem Econômica Internacional, através de tratados como o de Breton Woods (o Tratado de Breton Woods foi assinado em julho de 1944, em Washington. Estabeleceu a criação do Fundo Monetário Internacional e do BIRD — Banco para a Reconstrução e o Desenvolvimento. Esses dois organismos são fundos de operação subs-

Para o professor Nielsen, a origem do intervencionismo americano é antiga. Em 1823, já havia a Doutrina Monroe.

critos pelos governos membros, que participam com quotas de dinheiro. Os EUA possuem o maior número de quotas). "No plano político", continua Nielsen de Paula, "é criada a ONU, onde só os vencedores da guerra participavam". No campo militar, são criadas organizações de defesa, como o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e a OTAN (Tratado do Atlântico Norte).

Novas Nações

Até a década de 60, em termos de política internacional, criava-se em torno dos Estados Unidos um bloco homogêneo que isolava a União Soviética do outro lado. Com a descolonização dos países da África, e o surgimento de novas nações como membros das Nações Unidas, os países do Terceiro Mundo começam a se organizar, sem compromisso com as pregações norte-americanas. A ONU já não cumpria com a mesma eficiência o seu papel.

E isso afetou a estrutura política do capitalismo, a crise do petróleo causa grandes problemas à sua estrutura econômica. Em todos os países, começa a haver inflação e uma profunda desorganização econômica.

"A partir desse momento", explica Nielsen, "a hegemonia americana começa a ser ameaçada. É preciso procurar outras formas de se alcançar esse domínio". A forma de Jimmy Carter, de procurar o domínio de forma diplomática, interferindo na política dos outros países em defesa dos direitos humanos, mostra-se ineficaz. Os Estados Unidos

"Resolve-se a questão do terrorismo no dia em que o povo palestino tiver um território. Eu creio que o terrorismo é só uma forma de chamar a atenção para essa questão".

(Nielsen de Paula Pires)

continuam com inflação. A crise culmina com a Revolução Islâmica no Irã e a prisão por vários meses de todos os membros da Embaixada norte-americana na capital do país. Com isso, a pregação conservadora surge como alternativa. Denominado neoconservador, um grupo, tendo Ronald Reagan à frente, aporta na Casa Branca, considerando que um país forte como os EUA não podia sofrer humilhações como aquela do Irã: "A nova ordem", segundo Nielsen, "é retomar a hegemonia pela força, o que manifesta uma crise no capitalismo. As outras alternativas, que não a força, foram queimadas".

A questão líbia

Para Nielsen de Paula Pires, não se pode entender o bombardeio à Líbia sem fazer esse pequeno prelúdio. A República de Jamahiriya se rebela contra o domínio norte-americano, e isso é inadmissível para os neoconservadores. O terrorismo é só pretexto. "Resolve-se a questão do terrorismo no dia em que o povo palestino tiver um território. Eu creio que o terrorismo é só uma forma de chamar a atenção para essa questão". Ainda que não seja patrocinadora, a Líbia apóia a causa palestina, assim como outras do Terceiro Mundo. O presidente do PSB-DF, Luiz Manzollilo, esteve em março num Congresso na Líbia, onde pôde constatar a influência do governo de Kadhafi sobre os países que não se aliam aos Estados Unidos. Dentre as resoluções desse Congresso, denominado 2º Congresso Mundial da Matahba, a mais importante era a criação de "uma força mundial combatente contra o imperialismo, cuja sede será a Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista". "Então você vê", diz Manzollilo, "que os Estados Unidos têm que atacar a Líbia mesmo. Ali é o núcleo".

Consequências

Se as razões do conflito Líbia — EUA são as mesmas de todas as outras intervenções norte-americanas desde 1776, as consequências podem acabar sendo mais sérias, se o conflito se agravar. Para o professor Nielsen de Paula, as consequências de um conflito mais grave são simples e trágicas: Guerra Mundial.

Logo após o ataque à Líbia, todos os países árabes se manifestaram contrários aos Estados Unidos e solidários ao país liderado pelo Coronel Kadhafi. Juntos, essas nações fornecem grande parte do petróleo consumido no mundo. "E o petróleo sustenta todo o complexo mundial do Ocidente", conclui Nielsen. Ainda que num primeiro momento um embargo de petróleo fosse bem recebido pelas indústrias petrolíferas norte-americanas, que se ressentem dos baixos preços atuais do óleo negro e precisam fazê-lo subir a qualquer custo, um prolongamento dessa situação poderia gerar uma crise.

Por outro lado, continua Nielsen, "Kadhafi só pode atacar a Europa. Não há como as tropas líbias chegarem no território norte-americano. O povo sacrificado, outra vez, será o europeu. O campo de guerra, outra vez, será a Europa".

Para Manzollilo, "Kadhafi é louco, mas consequente, radicalmente consequente". Não deixará de pregar o seu ódio pelo imperialismo norte-americano. Além disso, continua o presidente do PSB-DF, "não pise num calo de um árabe, você vai ter dez contra você". Ao que tudo indica, o conflito não se manterá, até porque Kadhafi nem respondeu ao ataque norte-americano. Os Estados Unidos, de qualquer modo, continuarão intervindo sobre os povos que, segundo a sua visão, pregam a falta de liberdade e democracia. Agora, seu presidente avisa que o momento da libertação da Nicarágua está próximo. Pobre dos povos que têm em Reagan o seu Simón Bolívar.

Margarete Vitória



Os estudantes, em solidariedade à Líbia

Revivendo aqueles velhos tempos

A última vez que os estudantes da UnB fizeram uma manifestação contra os norte-americanos, o presidente dos EUA ainda era Jimmy Carter e o reitor da Universidade era o intocável Azevedo. Os estudantes distribuíram uma saraivada de ovos sobre Henry Kissinger, naquela época o papa da política internacional americana, convidado por Azevedo para participar de um de seus famosos Encontros Internacionais.

Vários anos depois, mais de 100 estudantes da universidade de Brasília voltam a gritar contra o imperialismo norte-americano e, desta vez, em solidariedade a um país atacado na véspera: a Líbia. Segundo o aluno Manoel Rodrigues, o ato "valeu, foi uma resposta imediata". Por isso, o pequeno número de pessoas. O ato foi decidido de noite. Na manhã do dia seguinte, os estudantes estavam na porta da Embaixada Americana.

Os estudantes adaptavam velhos slogans à nova causa: "Os povos unidos, jamais serão vencidos" ou criavam outros novos: "Vietnã, nunca mais. Contra a guerra pela paz".

Qualquer pano verde servia de bandeira líbia. A polícia apenas observava de longe. Os norte-americanos fingiam que não era com eles. Após o ato, os estudantes saíram de automóvel promovendo um buzinação pró-Líbia em frente ao Itamarati. Por algum tempo, os estudantes da UnB puderam reviver os seus dias de glória.

Congresso Nacional. Noite do dia 20 de abril. Lá dentro termina a Convenção do PFL no Plenário da Câmara. Lá fora, vinte e cinco mil pessoas assistem ao show de rock em comemoração ao 26º aniversário da cidade. Sem tanto alarde, termina também, no auditório Nereu Ramos, a plenária do Encontro Nacional dos Jornalistas, "A Comunicação na Constituinte". Representantes dos sindicatos de jornalistas de todo o País discutiam assuntos que interessam de perto à Universidade, como a presença da informática nos meios de comunicação, o problema das concessões de canais de rádio e TV por parte do Governo, (dentro da UnB há agora um projeto em andamento de uma rádio FM e, paralelamente, uma rádio-pirata), e a reativação da campanha para acabar com os cursos de Comunicação Social.

O Encontro não ficou marcado pelo sumiço de todas as colheres de cafezinho da Câmara, como ficou a convenção do partido mais rico do País. E nem atraiu milhares de pessoas como os roqueiros e pseudo-roqueiros de Brasília. Mas foi justamente o acontecimento mais "ofuscado" daquele dia que detonou uma enxurrada de críticas numa campanha iniciada pela Folha de S. Paulo e abraçada por outras publicações. E que promete trazer de volta os cartazes de cinco anos atrás: "Querem acabar com os cursos de Comunicação". Além de procurar desacreditar o documento final, sugerindo ligações com instituições governamentais. Tais publicações esquecem, porém de citar, que estão em circulação graças a boas relações com o governo.

Diploma e rádio em discussão

Debatendo o canudo

PAULO FORTES
CLAUDIO TOURINHO

Uma grande polêmica levantada pela Comissão de Estudos Constitucionais foi a proposta de extinção da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para se exercer a profissão. De acordo com a legislação atual, para exercer a profissão de jornalista, o indivíduo deve ser formado em curso de Comunicação. Pela proposta da Comissão que, por sinal, não consultou nenhum órgão representativo da classe, não haveria mais necessidade do canudo.

O Encontro Nacional dos Jornalistas, realizado no Distrito Federal, discutiu o assunto e elaborou um documento final onde os jornalistas denunciam a campanha desencadeada contra o diploma de Comunicação e acusam a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), entidade que reúne proprietários de jornais do continente de estar por trás da campanha, com o apoio do Governo.

Para discutir a questão, dois jornalistas, Carlos Chagas, editor-geral da sucursal do "O Estado de S. Paulo" em Brasília, e Gilberto Dimenstein, secretário de redação da sucursal da "Folha de S. Paulo", foram convidados para debater a questão com os alunos de Comunicação Social da UnB. Defenderam posições antagônicas.

Carlos Chagas, além de jornalista, é professor do Departamento de Comunicação da UnB. E defende a obrigatoriedade do diploma, embora não possua diploma de jornalista. É que ele já exercia a profissão antes da regulamentação da lei que passou a exigir o diploma. "O jornalista não escreve simplesmente por aptidão", disse Chagas, rebatendo a ideia de que qualquer pessoa com talento deveria poder escrever em jornais. "Além de talento, o jornalista precisa adquirir na faculdade as noções necessárias da ética, da legislação, de paginação, de opinião pública, de rádio e televisão necessárias para que possa transmitir informações acessíveis ao leitor comum".

Isto não descartaria, segundo Chagas, a participação de outros

profissionais na imprensa". Os médicos poderiam escrever em jornais, mas como colaboradores. "Como especialistas, eles escreveriam para um público que necessita de informações que só eles podem dar".

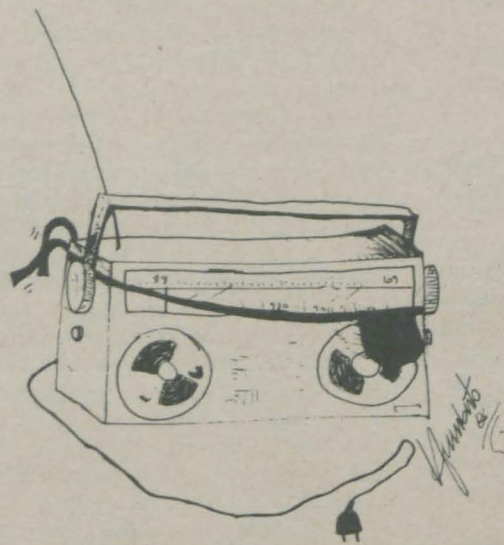
Chagas lembrou que há vinte anos os jornalistas eram uma classe dispersa e os donos dos jornais se aproveitavam deste fato para pagar pouco aos funcionários. "Eles achavam que o jornalista devia ter outro emprego. Aos poucos, foi-se criando uma consciência de classe entre os jornalistas e eles começaram a exigir melhores salários. Foi todo um processo que se desencadeou até a exigência do diploma. O fim da obrigatoriedade é um retrocesso nas conquistas trabalhistas".

Respondendo ao argumento que prega o baixo nível do ensino, Chagas pergunta: "É tirando o sofá da sala que se acaba com o adultério? As escolas são ruins, mas o caminho não é por aí".

Na defesa do fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo, está Gilberto Dimenstein. Ele começou mostrando que não deseja e nem reivindica o fim das faculdades de Comunicação, mas elas têm de provar que são importantes". Citou países como a Espanha, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, onde o diploma não é obrigatório, mas as faculdades existem e são muito procuradas. "Grande parte dos jornalistas destes países saem da escola".

Gilberto Dimenstein disse, no entanto, que a obrigatoriedade do diploma inibe a liberdade de expressão. Acha ainda que a profissão tende a se especializar cada vez mais e seria bom que profissionais com outra formação acadêmica pudessem escrever em jornal.

Rebatendo Carlos Chagas, Dimenstein disse que as conquistas salariais e a organização sindical do jornalismo não serão necessariamente prejudicadas com o fim da obrigatoriedade do diploma. "Os salários vão depender das leis de mercado, e para se ter consciência de classe não é necessário um diploma".



Rádios-livres. A instituição da pirataria. Dentro dos mais diferentes sistemas de rádio-difusão, elas se proliferam. Na França, chegaram a tal número, que se confundiam no "dial". E, havia mesmo alguma coisa errada com o Rei... E a comunidade resolveu tomar a si o direito à informação. De ouvir o que quiser.

UnB entra finalmente nas ondas do rádio

CACILDA BENEVIDES

Desde o projeto inicial da UnB estava prevista a implantação de uma rádio FM educativa, que seria administrada dentro do Campus. Mas só agora é que a rádio promete se tornar realidade e, em dose dupla. A comissão para estudar a viabilidade e apresentar o projeto, restrita antes ao Departamento de Comunicação, está se ampliando e parte agora para decidir problemas imediatos, como o local da instalação. Dois debates já foram feitos no auditório da Reitoria, onde os interessados puderam ficar a par de como vai o andamento do projeto. E o reitor garante o mais difícil: os 500 mil cruzados necessários para a compra dos equipamentos.

Paralelamente, num fenômeno que vem crescendo no Brasil, estudantes de diversos cursos (Psicologia, Arquitetura, Sociologia e Engenharia Elétrica, os últimos responsáveis pela montagem do transmissor) se reuniram para montar uma rádio-livre e prometem iniciar as transmissões ainda este semestre. De acordo com a legislação, uma rádio-pirata é impensável e ilegal. Só o governo tem o poder de dar as concessões,

que no caso de rádios, são renovadas ou não, a cada 10 anos. Quem regula o funcionamento das rádios é o DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações) e a decisão final e irrecorrível é do Presidente da República. Portanto, a rádio corajosa, que pretende fugir "destas bobagens que tocam por aí", terá que correr sempre do Dentel, para que não se descubra onde está funcionando.

Já a FM oficial, que provavelmente terá um transmissor mais potente, precisa de uma concessão. A comissão, no início de seus trabalhos, descobriu através do professor Lourenço Cheab, que não existiam mais concessões disponíveis. Coincidentemente, o professor do Departamento de Engenharia Elétrica é também secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. Foi também por intermédio dele que a comissão ficou sabendo que um novo canal educativo havia sido criado na cidade no dia 15 de outubro de 85 e é este canal que a UnB está pleiteando. A decisão tomada foi pedir diretamente a concessão do canal, já que a UnB, por ser uma Fundação, não precisa necessariamente agir como as outras

Universidades, obrigadas a pedir a concessão por intermédio da Radiobrás.

O Encontro Nacional dos Jornalistas discutiu o assunto e em seu documento final considera urgente a criação de um Conselho Nacional de Comunicação formado por entidades representativas da sociedade e onde o governo só teria direito a voz. Além de um sistema público de telecomunicações, onde toda sociedade tivesse acesso à informação e também a veiculação. Caso um Conselho deste tipo fosse formado, a modesta rádio dos estudantes poderia ganhar uma concessão e entrevistar seus conjuntos de rock, tocar o que quisesse, sem se incomodar com o DENTEL.

De qualquer forma, mesmo sem as tão ansiadas políticas democráticas de comunicação, a comunidade está se mobilizando e talvez em breve, possamos ouvir um aluno saindo da aula e sendo questionado nas "ondas do rádio" sobre a qualidade do que assistiu. Ideia esta do próprio reitor. Cristóvam Buarque aliás, se mostrou muito receptivo à ideia: "Além da gente fazer um esforço pra fazer uma rádio formal, por que vocês não vão em frente com outras rádios, dispondo dos meios que têm?"